

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

ATA Nº 062

PRESIDENTE - DEPUTADO SILVAL BARBOSA

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente Audiência Pública.

Esta Audiência Pública vem cumprir o que determina o § 4º do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Secretário de Fazenda, Sr. Waldir Júlio Teis, irá fazer uma demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais relativas ao 2º quadrimestre.

Convido para compor a Mesa: Deputado Riva, 1º Secretário; Deputado Carlão Nascimento, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária; Sr. Waldir Teis, Secretário de Fazenda; Deputado Carlos Brito; Deputado Ságuas; Deputada Verinha Araújo; Deputado Alencar Soares; Sr. Sírío Pinheiro da Silva, Secretário-Chefe da Auditoria-Geral do Estado; e a Prefeita de Dom Aquino, Srª Maria José Borges.

Registramos também as presenças do Sr. Manoel Gomes Bezerra, Secretário Adjunto de Gestão da SEFAZ; do Sr. Marcelo de Souza Crusi, Secretário Adjunto da Política Fiscal da SEFAZ; do Sr. Edmilson José dos Santos, Secretário Adjunto de Política Fiscal da SEFAZ; do Sr. Osceário Daltro, Secretário Adjunto de Gestão; do Sr. Arlindo Ângelo de Moraes, Auditor Adjunto da Auditoria-Geral do Estado; do Sr. Ozair Mundin, Vice-Prefeito de Dom Aquino; da Srª Inês Maria Castro, Superintendente Adjunta da Dívida da SEFAZ; da Srª Alvanete Almeida das Neves, Superintendente do Tesouro da SEFAZ; da Srª Michelini Mioto, Procuradora-Geral da Prefeitura de Várzea Grande; do Sr. Júlio César Viana, Presidente do SINTEP; da Srª Josiane Fátima de Andrade, Assessora do Gasto Público; do Sr. Luiz Marcos de Lima, Contador-Geral do Estado; da Srª Maria Batista, Técnica da Secretaria de Fazenda; do Sr. Rony Araújo Gusmão, Agricultor de Chapada dos Guimarães; e da Srª Ana Maria Brandão, Superintendente do Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão, da SEFAZ.

Também agradecemos a presença da imprensa. Registramos a presença do Deputado Mauro Savi, Líder do Governo na Assembléia Legislativa.

Queremos agradecer, também, a todos que não foram mencionados, os senhores e as senhoras.

O Deputado Carlão Nascimento pediu que fizesse uma alteração na ordem da fala, ele que é Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. Portanto, eu passo a palavra, para fazer a prestação de contas, ao Secretário Waldir Teis.

O nosso Regimento Interno, Sr. Secretário, estabelece trinta minutos e, se for necessário mais tempo, Vossa Excelência poderá solicitar à Mesa.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Sr. Presidente, Deputado Silval Barbosa; Deputado Riva, 1º Secretário; Deputado Carlão Nascimento, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária; Deputado Carlos Brito; Deputado

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

Ságuas; Deputada Verinha Araújo; Deputado Mauro Savi, Líder do Governo; Deputado Alencar Soares; demais membros da Mesa.

Cumprimento meus colegas e amigos da Secretaria de Fazenda, as pessoas que estão conosco nesta Audiência Pública.

Mais uma vez, Sr. Presidente, estamos aqui cumprindo determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentando à sociedade o que está sendo feito com o dinheiro público, onde está sendo empregado, de que forma está sendo arrecadado e o cumprimento das metas fiscais estabelecidos também pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Eu convido o nosso Secretário Adjunto, Sr. Edmilson José dos Santos, para que faça a leitura da apresentação deste segundo quadrimestre de 2005.

O SR. EDMILSON JOSÉ DOS SANTOS - Excelentíssimos Senhores, boa-tarde!

“O Poder Executivo comparece a esta augusta Casa de Leis para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e da seguridade social, em consonância com o disposto no § 4º do art 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesta Audiência será apresentado, com detalhamento das informações, o desempenho do resultado primário, do resultado nominal, da receita e das despesas, até o segundo quadrimestre de 2005.

Com relação ao desempenho do Resultado Primário e Nominal do período de janeiro a agosto de 2005, o Governo do Estado de Mato Grosso obteve *superávit* primário acumulado no período de R\$663,6 milhões. O crescimento do *superávit* deveu-se, de um lado pelo comportamento positivo mostrado pelas receitas não-financeiras, de outro pela realização 6,2% menor das despesas não-financeiras.

A contenção das despesas não-financeiras reflete a preocupação do Governo com a conjuntura econômica descendente, delineada para o segundo semestre de 2005, principalmente em decorrência do declínio dos preços agrícolas e da valorização do real perante o dólar, situação que vai impactar negativamente a evolução da arrecadação estadual para o restante do ano.

O resultado nominal apurado foi de R\$506,7 milhões, estabelecendo-se acima da meta de R\$118,5 milhões definida para o período de janeiro a agosto de 2005. O resultado nominal que está sendo considerado é obtido a partir do resultado primário, deduzindo-se os valores dos juros e encargos da dívida pública, e adicionando-se os valores relativos às receitas de aplicações financeiras.

Quanto ao desempenho da receita no período de janeiro a agosto de 2005, a receita orçamentária totalizou no período janeiro a agosto de 2005 R\$3.510 milhões, ultrapassando em 6% a previsão inicial. Esse resultado foi suportado pelo desempenho das receitas correntes que registraram variação positiva de 10,7% em relação à meta estabelecida pelo Governo até o mês de agosto. Em sentido oposto, as receitas de capital apresentaram grande redução.

O comportamento favorável, evidenciado pelas receitas correntes, é reflexo do crescimento de 15% da receita de contribuições e de 42,7% da receita de transferências correntes, relativamente à previsão inicial.

A receita tributária registrou modesto excedente no acumulado do ano até agosto de 2005, de apenas 1,6%. Tal resultado reflete a redução de 0,4% verificada na receita do ICMS em relação à previsão inicial, item de maior peso na composição da receita tributária.

O IRRF, o IPVA e o ITCD, que indicaram excesso de arrecadação de 40,6%, 9,5% e 23,2%, respectivamente, no acumulado do ano, contribuíram positivamente para a realização da receita tributária no período.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

A receita de contribuições atingiu R\$320 milhões no período de janeiro a agosto de 2005, situando-se 15,0% acima do valor previsto. Este excesso decorreu principalmente, do crescimento da receita de contribuições sociais, que superou em 63,3% a projeção até agosto.

Já as contribuições econômicas totalizaram R\$232,2 milhões, valor 3,5% maior do que a meta fixada até o mês de agosto. A receita consolidada do FETHAB que exprime 91,5% do total das contribuições econômicas não se mostrou excedente de arrecadação no período, realizando R\$212,5 milhões.

A receita de transferências correntes efetivou R\$946,9 milhões, ultrapassando em 42,7% a previsão inicial. Esse resultado foi impactado pelo bom desempenho do FPE, que superou em 19,4% a previsão no acumulado do ano até agosto.

Nesse grupo, a receita de compensações financeiras decorrentes das exportações, que registrou redução de 7,5%, e as transferências voluntárias da União, com realização inferior de 9,4%, tiveram suas previsões frustradas em relação à previsão inicial.

As outras transferências correntes atingiram R\$373,4 milhões, valor 133,2% superior ao inicialmente previsto. O excedente de receita ocorreu nas transferências do SUS, do FUNDEF e da CIDE.

As receitas de capital vêm confirmando baixo nível de realização desde o primeiro quadrimestre. Efetivou-se, apenas, R\$8,5 milhões, o equivalente a 4,9% da estimativa para o período de janeiro a agosto de 2005.

A principal frustração identificada refere-se a não efetivação das receitas previstas no subgrupo das transferências de capital, com realce para transferências do SUS e do FUNDEF, que apresentaram realização apenas no grupo de transferências correntes.

Quanto ao desempenho da despesa no período de janeiro a agosto de 2005, a despesa liquidada de todas as fontes de recurso totalizou R\$3.242 milhões no período de janeiro a agosto de 2005, valor 5,5% menor do que a previsão inicial de R\$3.431 milhões. Esse resultado contribuiu para a manutenção do equilíbrio das contas públicas, disposição elementar da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As despesas correntes foram executadas no montante de R\$2.685 milhões, ficando 1,9% abaixo do valor previsto para o período.

As despesas com pessoal e encargos sociais, item mais expressivo no conjunto das despesas, registraram expansão de 6,1% em relação à previsão inicial, resultado contrabalançado pelo comportamento das outras despesas correntes que tiveram execução inferior a 9,9%.

As despesas de capital situaram-se 13,3% abaixo do valor previsto para os primeiros oito meses do ano, contidas, principalmente, pelo nível moderado dos investimentos, que se limitaram a 79,5% da previsão inicial para o período. O Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB, fonte 131, liquidou até o segundo quadrimestre do ano R\$194,3 milhões, valor 8,5% menor que a projeção de R\$212,3 milhões. Do total liquidado R\$174,3 milhões foram aplicados em investimentos.

Analisando a despesa por área e ação governamental observa-se que 30,8% dos recursos previstos na lei orçamentária para o exercício foram destinados à função encargos especiais, proporção equivalente ao total de 30,9% registrado em 2004, e inferior à execução de 33% verificada em 2003. Até o segundo quadrimestre do ano, a função encargos especiais absorveu 32,7% dos recursos aplicados.

Os recursos destinados às funções de educação, saúde e segurança pública corresponderam a 31,2% do total fixado no orçamento para 2005, participação superior à execução de 30,8% apresentada em 2004 e de 29,3%, demonstrada no exercício de 2003.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

No período de janeiro a agosto de 2005 os valores aplicados nessas funções consolidaram-se em 29% da despesa total.

A lei do orçamento para 2005 reservou 28,4% dos recursos para as funções de previdência social, judiciária, transporte, administração e legislativa, percentual inferior à realização de 31,6% observada em 2004, e de 32,1% confirmada em 2003.

Nos dois primeiros quadrimestres de 2005 direcionou-se 31,5% dos recursos a tais funções. As demais funções agregam 9,5% da disponibilidade orçamentária para o ano, superior ao total de 6,7% apontado em 2004 e de 5,5% em 2003. Até o mês de agosto de 2005, destinou-se 6,9% dos recursos ao conjunto dessas funções.

Com relação aos limites da LRF para despesa com pessoal, considerando o crédito normatizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, as despesas com pessoal e encargos sociais atingiram, nos últimos doze meses, encerrados em agosto de 2005, o valor acumulado de R\$1.866,5 milhões, estabelecendo a relação de 44,41% da Receita Corrente Líquida em agosto de 2005, mantendo-se, desta forma, abaixo do limite prudencial de 57,0% determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em relação à dívida pública consolidada líquida, ao final do mês de agosto de 2005, totalizou 4.558,6 milhões, valor 6,8% menor que o saldo de R\$4.890,2 milhões, registrado no primeiro quadrimestre 2005. Até o segundo quadrimestre, a receita corrente líquida foi de R\$4.202,7 milhões, e o Estado, nesse período, apresentou um estoque de dívida consolidada líquida de 1,8 vezes a RCL, cumprindo o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, combinado com a Resolução nº 40/01 do Senado Federal.

Quanto à aplicação de recursos no ensino e em ações de serviços à saúde da receita resultante de impostos, que compreende a proveniente de transferências, nos termos do art. 212 da Constituição Federal de 88, foram aplicados 23,79% na manutenção e desenvolvimento do ensino, até o segundo quadrimestre de 2005. Apesar de inferior ao limite constitucional, tal percentual é provisório e não reflete o desempenho esperado até o final do ano, quando o Governo do Estado terá aplicado no mínimo 25% conforme determina o texto constitucional.

Da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais o Estado aplicou 10,35% até o mês de agosto de 2005, nas ações e serviços públicos de saúde. Esse resultado é transitório. Ao final do exercício, o Governo do Estado terá aplicado o percentual de 12% em observância às determinações da Emenda Constitucional nº 19, de 13/09/00.

Em síntese, foi intensificada a cautela na aplicação dos recursos públicos no segundo quadrimestre de 2005, confirmando o compromisso do Governo com a disciplina fiscal. Os resultados apresentados demonstram o cumprimento das metas fiscais estabelecidas entre os limites legais definidos para despesa com pessoal e dívida consolidada líquida, ficando demonstrado o atendimento aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Era o que tínhamos para apresentar. Muito obrigado. E boa-tarde a todos.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Sr. Presidente, esta é a apresentação das contas do segundo quadrimestre. E, agora, estamos à disposição para os questionamentos. E aquilo que tivermos condições de responder estamos aqui dispostos a fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Feita a exposição do Secretário Waldir Teis do segundo quadrimestre, quero registrar a presença dos Deputados Eliene, Sérgio Ricardo, Nataniel de Jesus e Pedro Satélite.

Comunico a todos que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembléia, canal 36.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

Agora passamos a palavra para os Srs. Deputados fazerem os questionamentos em relação à apresentação da prestação de contas.

Antes, queremos registrar a presença do Prefeito de Terra Nova do Norte, Manoel Freitas, também do Vice-Prefeito, Sr. Adir; e do Marcos Antônio, contador da Prefeitura de Terra Nova do Norte. Sejam bem-vindos.

A primeira oradora inscrita é a Deputada Verinha Araújo.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde a todos e a todas...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Antes que a Deputada Verinha Araújo faça uso da fala, comunico que vamos conceder um prazo maior de cinco minutos para cada Sr. Deputado.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Eu queria fazer algumas observações no relatório do Governo, primeiro sobre o superávit primário de R\$663,6 milhões.

Eu gostaria de saber do Secretário se nos R\$663,6 milhões estão incluídos os R\$104,7 milhões de Imposto de Renda. Não estão sendo aplicados os 25% da Educação e os 12% da Saúde nesse montante arrecadado, por conta de um acórdão do Tribunal de Contas. Só na Educação, nós deixamos de aplicar, até o momento, de acordo com este valor arrecadado, inclusive extrapolou a meta, já em 9 meses, 40% além daquilo que foi estipulado.

Então, a Educação deixou de aplicar nesses 8 meses R\$26 milhões, por conta de um acórdão do Tribunal de Contas. E aí eu pergunto se nesse superávit primário os R\$104,7 milhões estão incluídos como receita, porque se estiverem incluídos como receita, aquele Parecer do acórdão é contraditório diante de que lá foi considerado que o Imposto de Renda não seria receita, mas sim despesa. Essa é a minha primeira pergunta.

A outra é sobre a questão do ICMS, que o senhor reconhece aqui que houve, no caso do ICMS, uma queda, mas as receitas de contribuições e as receitas de transferências ampliaram bastante. Isso fez com que o Estado pudesse trabalhar - no caso das transferências correntes - com as transferências do Governo Federal, dentro daquilo, que já ampliou a meta, além disso, mais 42%.

E aí eu pergunto ao senhor, porque o senhor reconhece no relatório que as transferências do SUS e do FUNDEF apresentaram uma ampliação, por que mesmo assim o senhor não cumpriu o índice mínimo de 25% na área de Educação e 12% na Saúde, como o senhor reconhece lá no final do relatório, no item IV?

E uma terceira questão é sobre os gastos com pessoal. O senhor colocou no item 3.1 que a despesa com pessoal foi de 44,4%, levando em consideração os 12 meses. Só que nós estamos discutindo aqui de janeiro a agosto. De janeiro a agosto, o gasto com folha foi, na verdade, 33,68, foi menos que 44. Na verdade, fazendo um comparativo dos últimos anos de 2003 para cá, sempre há um decréscimo na aplicação com pessoal, no gasto com pessoal. Então, por que nesse item o senhor não citou janeiro e agosto, citou os doze meses, como o senhor fez em relação aos outros itens, quando sabemos que, na verdade, o gasto não foi 44, foi 33.

E a última, Secretário, é que o senhor vem anunciando sistematicamente uma queda na arrecadação. Isso, na verdade, virou meio que, dá um espanto geral de que nós vamos entrar numa grande crise em 2006. E nós observamos por que Mato Grosso está destoando, em nível de Brasil, quando o PIB de Mato Grosso foi um dos melhores do país, anunciado agora na semana passada. Estamos observando que a arrecadação aqui acompanha aquilo que foi estipulado no orçamento.

Se o senhor considerar o mês de setembro e outubro, que o senhor está dizendo que houve uma queda, já deve estar com o número da arrecadação desse período, foi o que ocorreu

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

no mesmo período do ano de 2004. Em 2004, em agosto para setembro, a arrecadação de duzentos e setenta e sete milhões caiu para duzentos e trinta e sete, em setembro de 2004.

Então, eu diria um efeito sazonal, o período sazonal. Não seria o mesmo caso com relação a 2005? O senhor não estaria causando um certo, eu diria, deixando todos muito apreensivos, quando sabemos que no mesmo período, em 2004, o mesmo ocorreu de queda, apenas no mês de setembro, quando em outubro retomou. E agora, o que o senhor tem a dizer com relação a esse período, já que o senhor tem os dados de outubro também? Eram essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu solicito ao Secretário Waldir Teis para que tome nota dos questionamentos, das perguntas, e responda no final.

Com a palavra, o nobre Deputado Ságuas...

O Sr. Carlos Brito - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, essa sistemática de anotar as perguntas e responder ao final funciona na maioria dos casos, talvez. Uma matéria complexa quanto esta, quando nem todos estão acompanhando, tanto aqui quanto na TV Assembléia, vai ficar difícil ao final uma lista de perguntas serem respondidas com números e com dados. Acho até interessante que o Sr. Secretário, ao responder as perguntas, especifique um pouco o que é cada indagação, porque a Audiência é feita para que as pessoas possam efetivamente compreendê-la.

Então, eu sugiro que invertamos, que desta feita o Secretário possa responder a cada bloco de perguntas dos Srs. Parlamentares para efeito de maior compreensão, inclusive minha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Da minha parte, da Mesa, eu acato a Questão de Ordem do Deputado Carlos Brito, mas submeto ao Plenário, a todos os Srs. Deputados. Quem concorda com a Questão de Ordem levantada pelo Deputado Carlos Brito...

O SR. RIVA - Peço a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, neste caso, eu consulto o Secretário Waldir Teis o que ele prefere, porque, realmente, se houver muitos questionamentos, mesmo tendo feito a sugestão para a observação ao final do Secretário Waldir Teis, entendo que se acumular muitos questionamentos realmente dificulta a introdução ao final.

Então, eu gostaria que Vossa Excelência consultasse o Secretário Waldir Teis, o que ele prefere, para que os colegas Deputados possam decidir.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu defiro a Questão de Ordem do Deputado Riva.

Portanto, antes de colocar ao Plenário, indago ao Secretário Waldir Teis se ele prefere ir respondendo os questionamentos de cada Srs. Deputados assim que termina o questionamento.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Sr. Presidente, responder as perguntas antes ou depois, nós temos que dar a resposta. Para nós é indiferente, individual ou coletivo, a única coisa é que questionamentos como as da Deputada Verinha Araújo, que são extensos, lógico que, de repente, lá no final, se encontra alguma dificuldade ou alguém tenha alguma dificuldade de compreensão. Só que eu quero deixar bem claro que o que se respondeu agora, não se pergunta mais. A resposta dada uma vez não se repete à pergunta.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu indago ao Plenário se concordam que as perguntas questionadas não se fala mais e o Secretário já pode colocar como respondida se novamente for repetida a pergunta.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA).
Aprovado.

Com a palavra, acatando a Questão de Ordem dos Deputados Carlos Brito e Riva, o Secretário Waldir Teis.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Respondendo a primeira pergunta da Deputada, a questão do resultado primário sobre a inclusão ou não do Imposto Retido na Fonte que segue uma determinação do acórdão aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado, o Tribunal de Contas entende que o valor do Imposto Retido na Fonte não se constitui a receita. Com essa determinação, também não está contabilizado isso como receita e sim como apenas o lançamento contábil. Se estão incluídos cento e quatro milhões, a questão das vinculações já foi um assunto bastante debatido, eu acho que não convém ficar repetindo, porque no passado, na primeira, o que no ano passado também se discutiu e eu acho que no final de 2004, essa questão do acórdão do Tribunal de Contas para mim é assunto superado, eu me retenho a dar essas questões ou essas respostas.

Na questão das receitas, Deputada, nós sempre falamos na questão do ICMS, a diminuição da nossa atividade econômica no Estado, ela é um fato que vem ocorrendo de forma muito transparente, que ninguém mente para ninguém na questão da atividade econômica hoje, a situação econômica do Estado. Nós tivemos uma produção agrícola razoável em 2005 com uma pequena quebra em cima de uma previsão não em relação a 2004, mas uma previsão de safra que havia para 2005, dada às questões climáticas que em algumas regiões - eu acho que todos acompanharam o desempenho da agricultura na região sul, na região de Primavera do Leste, na região Norte - teve um problema muito grave com chuva.

Conseqüentemente, com a queda do real perante o dólar, a valorização da nossa moeda, de um lado muito bom, de um lado crucial para quem exporta hoje, porque mais reais no mercado com a mesma quantidade de dólar é sabido que o capital circulante no mercado é muito maior. Então, o declínio da cotação do dólar... Nós temos, Deputada, nossa atividade econômica, o Mato Grosso é um Estado, basicamente 70% do nosso PIB provem do agronegócio, provem da atividade primária.

Nós tivemos, então, esse declínio de uma moeda que valia R\$3,10, 3,20, ano passado e hoje valendo R\$2,20. Se perdeu mais de... Deixe-me fazer a conta, 45% de queda. Então, isso tira dinheiro do bolso do nosso exportador. Conseqüentemente, tirando dinheiro do bolso do exportador, ele emprega toda a sua receita para pagamento de insumos agrícolas, o custo de sua atividade. O dinheiro que ficaria dentro do Estado de Mato Grosso circulando na nossa atividade econômica, na compra de bens de consumo, na compra de bens de ativo, dentro do próprio negócio imobiliário, Deputada, a atividade imobiliária diminuiu muito. Nós tivemos empresas, isso eu acho que já comentamos aqui nesta Casa, que abortaram projetos de construção de prédios dentro de Cuiabá dada a queda de procura que houve, conseqüentemente, nós temos com isso uma redução da atividade econômica, uma redução também de arrecadação tributária. Aquele cidadão que possivelmente teria o seu filho ou alguém da família dele para vir estudar em Cuiabá, está repensando certos planos de sua família dada a essa crise do agronegócio. E nós não podemos dizer que ela não tenha porque existe a crise do agronegócio. Tanto, Deputada, que na nova safra agora nós temos afirmação da AMPA, que é Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão, de que a área do algodão será reduzida em torno de 40%, área de plantio. Conseqüentemente, com uma redução de 40% na área de plantio, nós teremos menos mão-de-obra, nós teremos menos consumo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

com combustíveis, com os bens de consumo e, sim, menos emprego. Isso gera, queiram ou não, uma redução da atividade econômica do Estado.

Na soja, nós temos uma previsão de redução de área de 10% a 15%. Eu estive, no final da semana agora, em Rondonópolis, falando com alguns empresários do setor do agronegócio, principalmente, do setor de defensivos agrícolas, que é um setor pelo qual podemos medir bem a atividade agrícola no Estado. E a notícia que se repete é que as pessoas estão plantando este ano com menos tecnologia. Eu mesmo planto soja e não estou empregando a mesma tecnologia que apliquei em 2004. Eu vou lhes dar um exemplo: com a semente, para colocá-la no solo, é feito um tratamento com fungicida e com defensivos agrícolas, o que dá certa imunidade à planta de vinte e cinco a trinta dias. Eu não fiz isso por duas razões: uma é pelo alto custo que é esse produto; e a segunda é porque as companhias que vendem esses produtos só os estão colocando no mercado para quem fizer pagamento antecipado; não fazem financiamento. E eu não tinha condições de pagar antecipadamente, porque o Banco não me liberou o custeio. E o custeio - eu gostaria de mudar um pouco o assunto, se me permitem -, para este ano, a verba de custeio que o Banco do Brasil está disponibilizando - não é uma crítica, por favor, ao Governo Lula, mas é uma crítica à política governamental de financiamento agrícola - no ano passado nós financiávamos a nossa agricultura a um juro de 8,75% ao ano. Este ano o que o Banco do Brasil fez? Para quem pagou o seu custeio à vista, 50% do custeio foi financiado a 8,75%; e os outros 50% foram financiados a 17,333%, mais o índice de variação das cadernetas de poupança, o que vai dar em torno de 21%.

Então, o Banco do Brasil, Sr. Presidente, encareceu o dinheiro para o setor do agronegócio. Tanto é que a maioria não está pegando dinheiro no Banco do Brasil. Eu mesmo fui assinar a cédula na sexta-feira e a trouxe, porque não vou assinar a cédula pagando uma média de 15% de juros em um financiamento em que, antigamente, pagava-se 8,75%.

Então, nós temos uma série de fatores que inibem hoje, queiram ou não, a atividade do agronegócio. Foram esses que eu coloquei.

Quanto à questão da sazonalidade, Deputada, a senhora fez uma observação interessante. Nós temos, de fato, uma sazonalidade na arrecadação. Nós temos um período em que a arrecadação cresce. Em setembro, outubro e dezembro, a arrecadação volta a cair. Em março, do ano seguinte, ela volta a crescer. Só que este ano essa queda não teve o mesmo comportamento dos anos anteriores. O comportamento foi diferente, porque, nos anos anteriores, nós tivemos uma projeção da receita orçamentária com o crescimento da economia e isso se refletia bem na arrecadação. A economia se comportava de acordo com o que era projetado.

Neste ano, nós não estamos alcançando o valor projetado com base no que a economia vinha se comportando em todo esse tempo de Mato Grosso, principalmente após a Lei Kandir, quando nós tivemos uma evolução bastante significativa na atividade econômica do Estado, de 1996 para cá.

Nós temos, neste ano, uma inversão de comportamento. Aquilo que projetamos, no ano passado, ainda para esse orçamento que está em execução agora, no final do ano, lá por volta de setembro, outubro, nós já começamos, e já tínhamos a percepção do que aconteceria com o setor do agronegócio para 2005. E está acontecendo, não foi nenhuma adivinhação, porque o mercado mundial acenava para isso, as companhias, quando a soja alcançou até próximo de cinquenta reais a saca e dezesseis dólares, qualquer coisa, quando o dólar estava a três reais e dez, três reais e vinte, as companhias que vendem defensivos, fertilizantes, e as que vendem também máquinas agrícolas, implementos agrícolas - o aço, no ano passado, teve uma elevação de custo muito significativa - aumentaram o preço dos seus produtos, e nós acreditamos que eles aumentaram dada a performance do preço do próprio produto, que é o que dá sustentação a nossa economia que é a agricultura.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

Só que com a queda essas companhias não reduziram os preços, elas aplicaram determinada tecnologia, com certeza tecnologia importada, que isso eleva o custo da produção e eles não têm condição de reduzirem isso.

Então, tudo isso, no ano passado, nós divulgamos. Na época, o Presidente da Assembléia, Deputado Riva, nós comentamos, ele pode confirmar isso, numa reunião com os presidentes dos poderes, na ocasião, Desembargador José Ferreira Leite, nós alertávamos que teríamos uma redução da atividade econômica em 2005.

Não houve essa... Até eu me recordo, bem na ocasião, quando... Hoje, o Deputado Riva colocou que Mato Grosso continuaria crescendo, e nós tínhamos esse receio e torcíamos pelo crescimento, só que isso não se concretizou. Isso está evidente em todo segmento do comércio.

Então, o comportamento, Deputada Verinha Araújo, da sazonal é pior do que quando nós tínhamos uma economia em crescimento. Hoje, nós temos uma economia em fase decrescente. Também, tem um detalhe: nós não vamos aqui dizer que esse é o fundo do poço ou que nós não vamos chegar no fundo do poço. Nós não sabemos hoje ainda, dada a questão do futuro agrícola, que, dias atrás, nós tínhamos apresentação de projeção para 2006 do agronegócio. Nós tivemos uma apresentação do setor que representa o segmento lá no Palácio e o quadro apresentado ainda não é o quadro que se apresenta hoje na questão de preço.

Na cotação do dólar, nós temos um valor mais ou menos estabilizado, mas a nossa moeda não reage, o nosso real está muito forte, então, a liquidez para o ano que vem não vai ser... Hoje, pelo cenário político e economia em nível mundial, dada a produção alta dos Estados Unidos e da Argentina... Só para contextualizar, a Argentina hoje, nós temos empresas estabelecidas em Mato Grosso que pensam em se transferir para a Argentina a BUNGE foi uma que acenou transferir uma planta para a Argentina para esmagar soja na Argentina e não esmagar no Mato Grosso, questão de logística e preço, liquidez de negócio.

Então, nós temos, não só o Governo, entidades e instituições acenando um quadro bastante delicado. Mas nós não podemos também entregar os pontos e dizer que o Estado vai quebrar.

Temos que ter, sim, cautela, que o Governador tem sempre nos solicitado, tem discutido isso com os Poderes, com os demais órgãos, com o Ministério Público e Tribunal de Contas e tem colocado isso na imprensa. Então, não é um quadro fantasio.

Tomara Deus que no ano que vem possamos estar aqui comemorando um superávit que nem nós imaginaríamos que ocorresse. Seria muito melhor hoje termos, no ano que vem, esse resultado. Então, o quadro econômico é esse.

Na questão de transferência de contribuições, ou evolução de contribuições, no FETHAB nós tivemos uma queda próxima de 9%, isso é justificado dada justamente à redução de transporte que tivemos, a redução da atividade de preparo e plantio de áreas rurais no Estado de Mato Grosso.

As transferências, Deputada, foram boas, no FPE nós tivemos uma *performance* bastante favorável este ano, embora nós não tenhamos tido a mesma coisa...

(A DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Não, ficou um pouco mais abaixo daquilo que estava na LOA.

Salvo engano, estava 91% aí.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu solicito ao Secretário para concluir a resposta...

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Vou concluir.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

Gasto com pessoal é o seguinte... Aí se fala em gasto apenas do Executivo e quando se traz os 12 meses, com certeza é porque a legislação assim pede e não é porque é vontade nossa de querer mesclar algum número.

Pelo contrário, tudo que for possível esclarece, estamos aqui para esclarecer.

Na questão do PIB, Mato Grosso, de fato, vinha com uma *performance* boa de PIB sendo uma das melhores do País, mas nós participamos hoje com 1,5% do PIB brasileiro. Nós tivemos um crescimento - não restam dúvidas -, mas esse PIB também não é de 2005. Salvo engano, é o PIB de 2002, que foi divulgado agora há pouco pela Fundação Getúlio Vargas.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Nós concedemos ao Secretário um espaço maior na primeira parte da resposta até porque ele fez um esclarecimento.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Sr. Presidente, permita-me aqui interrompê-lo. Eu esqueci de falar na questão da aplicação dos 25% e 12%...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu concedo.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Esses últimos já foram debatidos no ano passado, inclusive com a presença do Exmº Conselheiro Valter Albano. Ele, como conselheiro, também entende que durante o ano não há necessidade da aplicação dos limites constitucionais. Eu vou repetir o que falamos naquela ocasião.

Deputada, hoje, não tem administrador público que tenha a eficiência de entrar um dinheiro, um real, hoje, na saúde, um real, hoje, na educação, e gastá-lo, hoje. Não existe isso, porque Vossa Excelência sabe como funciona a questão de contratação de serviço, de compras, de manutenção, de custeio, seja qualquer for a atividade dentro de qualquer órgão público. Então, o compromisso de qualquer administrador público do Executivo é fazer essa realização durante os 12 meses do ano. Então, isso está sendo cumprido. Nós temos essa preocupação da aplicação dos 25%. Isso daí não é nem uma questão de honra, uma questão de legalidade mesmo, constitucional. E nós, independente de qualquer determinação do Governador, embora ele sempre determine que cumpramos aquilo que a legislação estabelece a rigor, nós vamos com certeza fazer ou cumprir essa aplicação dos 25% e dos 12%, sem sombra de dúvida. Agora, eu volto a repetir, durante exercício, nós temos processo de licitação em andamento, aquisições em andamento, e muita coisa se faz até por demanda. Na hora em que se contrata o serviço, se contrata o bem de consumo. Mas, Deputada, Vossa Excelência pode ficar tranqüila que nós queremos ao final do ano ter cumprido os 25% e também os 12% da saúde.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Registro a presença também dos Srs. Deputados Dilceu Dal Bosco, Chico Daltro e João Malheiros.

Nós temos até então mais três inscrições dos Srs. Deputados e temos três inscrições do nosso Auditório. Eu vou intercalar. Fala um Deputado, e, logo em seguida, concedo a palavra para os demais membros que querem questionar o Secretário.

Portanto, passo a palavra para o Deputado Ságuas.

O SR. SÁGUAS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srª Deputada Verinha Araújo, público presente, Sr. Secretário e assessoria, nós podemos observar aqui que a receita orçamentária de janeiro a agosto foi de R\$3.510,1 milhões. Portanto, 6% acima da previsão inicial. A receita de contribuições 15% maior que a prevista; a receita de transferências, 42% maior do que a prevista; a do FPE, 19,4% maior do que a prevista; SUS, FUNDEF e CIDE, 133% maior do que as previstas. E o FETHAB também bateu na tabela, tinha a previsão de R\$212,3 milhões e foram arrecadados R\$212,5 milhões.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

No total das receitas, nós tivemos 1,9% menor que a prevista, por conta provavelmente do ICMS que foi menor do que tinha previsto. Os repasses do Governo Federal, os constitucionais e outros, ficaram acima do previsto, alguns bem acima.

Eu admito que nós temos que ter cautela para o ano que vem, só que nós não podemos criar um clima de terror, porque observamos que esse clima acaba sendo passado às Prefeituras e eu que já fui Prefeito e sei das dificuldades de administrar uma Prefeitura, das dificuldades que as Prefeituras enfrentam, com demandas crescentes, com muitos problemas de toda ordem. E quando se cria esse clima de preocupação excessiva acaba deixando os Prefeitos desorientados também. E se cada Prefeito na sua cidade, preocupado com a sua ação, colocar isso na rádio, na televisão, na imprensa, em vários órgãos governamentais, colocando a situação, criaremos um clima muito negativo no Estado, um clima muito ruim.

Obviamente, que nós passamos por situações terríveis, do ponto de vista da economia, que foi essa questão da Operação Curupira, que reduziu a movimentação financeira, tivemos a soja retornando do seu preço histórico. A soja sempre esteve, historicamente, entre oito a dez dólares a saca, estava quinze dólares, retornou aos dez dólares. Enfim, nós tivemos uma série de situações que fez com que a nossa receita diminuísse em relação àquilo que nós tínhamos como expectativa. Porém, analisando os números aqui, nós podemos observar que nós estamos dentro do previsto no orçamento. Provavelmente, nós gostaríamos de ter um excesso de arrecadação bem grande, eu acredito que nós vamos cumprir o orçamento. Até o mês de setembro nós temos três bilhões e novecentos e poucos milhões de receita orçamentária líquida. Nós temos mais três meses pela frente, outubro novembro e dezembro. Eu acredito que nós vamos chegar nos cinco bilhões e cem, cinco bilhões e duzentos, até trezentos, talvez, de receita orçamentária líquida.

Então, eu acredito que este ano, com todas as dificuldades e intempéries, nós deveremos cumprir o orçamento. Então, eu acredito, sim, que devemos ter cautela, sim. Mas devemos também não criar um clima de extremo negativismo, porque senão as pessoas que pensam em fazer algum investimento, ou aquelas pessoas menos desavisadas pensam que nós estamos no fundo do poço e que não tem nenhuma saída para o Estado de Mato Grosso. Então, eu acho que nós temos que ter cautela, ela tem que ser bem calçada em números, em dados, mas nós não podemos levar para esse clima extremamente negativo.

Só para encerrar, eu gostaria de saber do Sr. Secretário, na Educação, 2003/2004, Dr. Waldir, teve um gasto a menor com relação ao pagamento dos servidores da educação, que deveria ser 60% e foi 55% nos dois anos, 2003/2004. Eu gostaria de saber se essa diferença, já que tem uma política salarial dos servidores da educação, eles têm uma reivindicação de aumento, se terá como fazer parte dessa negociação de recomposição que eles vêm reivindicando, além do imposto de renda retido na fonte, que para o meu entendimento é receita. É só isso.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Deputado, eu só não entendi a questão que o senhor colocou. De 2003/2004 é com relação a quê?

O SR. SÁGUAS - No Balanço Geral do Estado veio colocado: gastou 25% com a educação, porém o gasto com pessoal foi de 55%, quando deveria ser de 60%.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Deputado, em 2003, 2004 e 2005, a atual gestão pagou de direito dos professores, aproximadamente, trinta e cinco milhões que são esses penduricalhos, desculpem-me a palavra, esses direitos de transposição de faixa, essa coisa toda aí, tudo o que o professor tem direito, além daquele subsídio mensal.

Nós tivemos, eu não tenho os números aqui, mas, com certeza, se isso reduziu, é porque tivemos também uma arrecadação muito maior que dentro do contexto total. Quando se tem um bolo “X”, que representaria o gasto do professor ou até 50%, se esse bolo é “X” mais 40%, 34%

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

que nós tivemos no ano passado de excesso ou de *superávit* na arrecadação em cima do previsto, 34 ou 37%, não me recordo qual foi o índice, conseqüentemente, nós não podemos fazer com que a folha de pagamento acompanhe o mesmo percentual de excesso de arrecadação. Nós não temos a folha atrelada ao excesso da arrecadação, por isso que dá essa diferença na composição de percentuais. Agora, direitos que foram pagos, que estavam pendentes de gestões anteriores, somaram nesses três anos, ou até agora, setembro, se não me engano, próximos de trinta e cinco milhões, além dos aumentos que foram dados à categoria, de 12% para quem está na sala de aula e 7.67% para os demais, mas houve gente que teve mais aumento, também. E nós vamos fazer a apresentação, a hora que for necessário, a hora em que o senhor quiser, da evolução da folha de pagamento e do que ocorreu de evolução ou de acréscimos concedidos desde a LOPEB.

Então, nós temos dois números que se contradizem, a que o SINTEP apresenta e o que o Governo tem. Isso está estratificado e vai ser, com certeza, discutido. Agora, a política salarial do Governador Blairo Maggi é a de que ele vai repor os índices de inflação, e esse é um compromisso que ele não vai deixar de cumprir de forma alguma. Agora, qualquer evolução salarial de recuperação do passado, se no final das contas - eu tenho os números e não vou divulgá-los agora porque começaria uma discussão muito fora do momento, e acho que isso tem ser no momento próprio - se na realização ou na apreciação de todas essas contas de fato houver defasagem, nós vamos estudar como fazer essa reposição, mas o Governador ou qualquer um vai dizer: nós vamos fazer a reposição de acordo com o tamanho do bolso. Nós não vamos dar os dezesseis, dezessete ou quinze por cento que estão sendo reivindicados para depois não dar conta de pagar. Pelo contrário, nós temos que preservar, digamos, a saúde financeira do Estado até para preservar a própria saúde financeira dos demais servidores.

Outra coisa, quando se gasta menos ou na questão que o senhor colocou, até do pessimismo, nós temos às vezes é que mudar a concepção de pessimismo e de realidade. Quando nós estamos num baile dançando, de repente sai um quiproquó, sai um tiro, acerta a perna de alguém. Que azar, alguém saiu baleado do baile. É pessimismo? É um fato real! É um fato desagradável? É um fato desagradável. Hoje, a nossa situação econômica é desagradável? É desagradável, mas ela é real. Ela não é pintada para que assim seja. Porque o comportamento é esse. Ele não é um comportamento sugerido pelo Governo. É um comportamento que acontece pela própria atividade econômica.

Então, o que não podemos é fazer com que os prefeitos se iludam em cima de uma expectativa que não vai ser realizada, para endividarem as suas prefeituras e, conseqüentemente, virem bater na porta do executivo para buscar dinheiro em convênio e muito mais coisas para socorrerem as suas prefeituras quando o executivo não tem. Aí você faz o quê? Com que os municípios se endividem, amanhã ou depois tem que emitir precatórios, e por isso que sempre... E graças a Lei de Responsabilidade Fiscal, embora o Secretário Riva tenha as suas contestações quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, mas nessa questão da equalização do gasto público com a receita pública a Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo muito útil para o executivo. Ela tem que ser porque o que nós constatamos na gestão é que, por falta de ter um instrumento desses nos anos anteriores, é que os Estados estão endividados até a tampa, muitos, com precatórios. Tinha um orçamento que não se realizava, não havia responsabilidade nenhuma quando o administrador entregava o cargo no final de sua gestão, deixava um passivo grande para o Estado e para o futuro gestor, que, conseqüentemente, o orçamento do ano seguinte, a situação financeira e a arrecadação não suportavam aquele gasto de anos anteriores.

Nós não podemos querer que o futuro gestor de 2007 em diante tenha passivo, até porque a lei condena deixar passivo sem a reserva financeira. O que nós temos feito é... A verdade

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

pode ser feia, mas nós não vamos deixar de expô-la para que a sociedade fique atenta. Principalmente o gestor público tem um compromisso social muito grande com a sociedade que ele foi escolhido para fazer essa administração.

Agora, lógico, nós não podemos é pôr a mão na cabeça e entrar em desespero. Nós temos que enfrentar isso com muita serenidade, buscando alternativas e soluções e uma delas é o que o Governador diz: se o Estado de Mato Grosso tiver que descer um degrau ou dois degraus ou um andar ou dois andares para se adequar à realidade, ele vai ter que se adequar à realidade, não adianta fazermos coisas que o nosso bolso não alcança.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Comunico ao Plenário que nesta Audiência Pública nós estamos recebendo a visita dos alunos de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental do Colégio Leonardo da Vinci. Esses alunos visitam a nossa Assembléia Legislativa através do Programa Por Dentro do Parlamento e estão acompanhados das Professoras Solange Bernardes Veggi, Adriana Reis, Adiane Corrêa Silva e Suzi Mara Costa.

Sejam bem-vindos em nossa Casa. Sintam-se à vontade. É um prazer recebê-los para conhecerem a nossa Assembléia Legislativa, saber como funciona a nossa Instituição.

Aqui, neste momento, vocês estão conhecendo e presenciando uma Audiência Pública, aonde o Secretário de Fazenda, por força de Lei, a cada quatro meses vem fazer uma apresentação das contas, da receita do Estado, como está sendo gasto o dinheiro que é arrecadado. Logo mais, às 17:00 horas, nós teremos a Sessão Ordinária, onde são debatidas, discutidas e aprovadas as leis que tramitam nesta Casa.

Portanto, é um prazer recebê-los. Sintam-se à vontade e muito obrigado pela presença.

O Sr. Riva - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, aproveitando a ausência do Secretário, que não deve ser superior a três minutos, eu gostaria de fazer uma ponderação.

Nós tivemos um amplo debate sobre a Lei de Responsabilidade em Mato Grosso. Quem não se lembra do Ministro Gilmar Mendes fazendo uma exposição em uma Audiência Pública da Assembléia Legislativa, explicando o que era a Lei de Responsabilidade Fiscal e a sua importância; do Ministro do TCU, enfim, várias autoridades falaram sobre o assunto aqui e ponderaram sobre a importância da Lei.

Eu apenas fiz um questionamento à Lei no que diz respeito a uma lei igual para desiguais. Nós temos uma lei que trata São Paulo como Jangada; que trata o Amapá, por exemplo, que teve dificuldades de assimilar e cumprir a lei, como trata São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. E havia sido acertado com o então Presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, com o então Presidente da Câmara, Michel Temmer, de que haveria uma adequação para tratar dos desiguais. E o único questionamento que eu faço em relação à lei, que eu sempre fiz, é esse, que muitos tiveram dificuldades de se adequarem. Você não vai fechar o Judiciário, não vai fechar o Ministério Público porque os recursos são insuficientes, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Depois, num momento oportuno, eu vou usar da palavra e vou explicar, inclusive, uma proposta que eu já fiz aqui, no ano passado, e que muitos entendiam como inconstitucional, e eu fiz uma consulta recente e ela é constitucional. Eu pretendo implementar a Lei de Responsabilidade em Mato Grosso, ampliando essa Lei de Responsabilidade Fiscal.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

Eu acho um absurdo o Secretário de Fazenda vir aqui e explicar o que arrecadou, como gastou e, às vezes, ser questionado de como gastou.

O Secretário de Fazenda deveria vir falar aqui sobre a eficiência da política fazendária, quanto arrecadou e para quem foi. Quem gastou são os Secretários de cada área.

Então, nós queremos, na verdade, é implementar essa lei agora com a consulta que realizamos e com a afirmação de que é constitucional Mato Grosso ampliar essa Lei de Responsabilidade Fiscal, ter na sua própria Lei, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e inserindo os novos dispositivos que melhore e aperfeiçoe a prestação de conta quadrimestral.

Então, Sr. Presidente, essa é uma proposta que, inclusive, é minha, de Vossa Excelência e é da Casa, vamos discuti-la. Eu quis apenas explicar em função do Secretário ter se referido a minha posição em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, é que, na verdade, eu acho que ela pode ser melhorada e acho que o Brasil, pelas suas dimensões e pelas suas diferenças, deveríamos ter tratado de ter algumas limitações, por exemplo, no limite para gasto dos poderes, no tocante às pequenas prefeituras, que algumas nunca vão se adequar à Lei de Responsabilidade Fiscal, sempre vão ter questionamento, deveríamos ter algum tratamento especial na lei, mas essa é uma outra discussão, e eu entendo a Lei de Responsabilidade Fiscal como um instrumento importantíssimo.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Como nós comunicamos que iremos intercalar com o Plenário, eu convido, portanto, o Sr. Roni Araújo Gusmão, que é agricultor de Chapada dos Guimarães, que está inscrito para fazer uso da palavra.

O SR. RONI ARAÚJO GUSMÃO - Como agricultor de Chapada dos Guimarães em Mato Grosso - o Deputado Chico Daltro me conhece, e, na época, ele era Secretário de Agricultura -, nós tivemos muitas dificuldades numa área nossa lá.

Houve uma audiência pública lá Poconé, e eu não pude ir assistir e nem cumprimentar, mas eu gostaria de fazer uma denúncia ao plenário e à Câmara de Deputados sobre o que está acontecendo na Gleba Jangada Roncador a respeito do Sr. Jair Mariano.

Depois, se vocês quiserem ver a documentação todinha do que está acontecendo, está aqui disponível. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Está aí a participação do Sr. Roni Araújo Gusmão.

Passo a palavra para o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Cumprimento o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Silval Barbosa, o 1º Secretário, Deputado Riva e seus nomes cumprimentar todos os nossos colegas Deputados aqui.

Cumprimento o Secretário de Fazenda, os Secretários Adjuntos, os demais Secretários, funcionários da Secretaria de Fazenda, assessores, enfim, todos os servidores.

Cumprimento a nossa Prefeita de Dom Aquino, Srª Maria José, todos os nossos colegas professores que se encontram aqui, alunos, enfim, cumprimento a todos.

Quero dizer, Sr. Secretário, que as nossas perguntas e dos Srs. Deputados praticamente vão na mesma linha.

Eu tinha uma pergunta para ver como está o comportamento da receita do Estado nos meses subsequentes ao mês de agosto e Vossa Excelência já discursou bastante, até já nos falou das perspectivas futuras.

Tem uma outra pergunta a qual eu gostaria de voltar, quando fala da questão da saúde e da educação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

Por mais que já tenham colocado aqui, vou colocar novamente. O Conselheiro Valter Albano, que foi o relator das contas do Governo do Estado do ano passado, uma das recomendações que ele trouxe no seu relatório foi exatamente a questão da aplicação na educação, falava lá inclusive da não aplicação dos 25% na educação, e basicamente um item, o item é aquele que trata de salário realmente. Pode ter todos os gastos, todos esses direitos que os professores têm pagos, e eu sei que vários foram pagos por este Governo, mas não dá para admitir que o Governo gaste menos de 60% no desenvolvimento do ensino fundamental, porque isso é lei, é obrigado a gastar, no mínimo 60% com salários e na manutenção do ensino.

Outra coisa que observei aqui é com relação à saúde e educação. No quadro, no demonstrativo, no balanço orçamentário percebe-se que na educação desconsiderou o imposto de renda, por força daquela resolução do tribunal, que é questionável. Eu não sei como uma resolução do tribunal prevalece sobre a Constituição do Estado e sobre a Constituição Federal, que diz você tem que gastar 25% na educação com as receitas provenientes de impostos e das transferências e tira-se o imposto de renda. Mas a minha pergunta vai em cima da questão da saúde. Parece que na saúde - e a pergunta é exatamente porque estou com dúvidas - foi considerado o imposto de renda; e na educação, não. Gostaria de saber se isso foi confirmado.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Deputado, a ...

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - E no mais - eu já estou terminando, Secretário - tem uma outra pergunta que eu gostaria também que Vossa Excelência nos esclarecesse em relação ao resultado nominal e ao resultado primário.

Foram apurados resultados superiores a meta estabelecida na LDO de 2005. A meta do resultado primário que é de R\$511 milhões atingiu até agosto R\$674 milhões. E a meta do resultado nominal que é de R\$311 milhões foi realizada em R\$521 milhões. Como Vossa Excelência explica isso? O que levou o Governo a pagar mais dívida do que a meta estabelecida?

Então, Sr. Secretário, basicamente são essas as perguntas, porque todas as outras que nós preparamos aqui, Vossa Excelência inclusive já nos respondeu. Portanto, era basicamente isso que nós gostaríamos de saber de Vossa Excelência. Muito obrigado.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Muito obrigado, Deputado.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, eu pedi a palavra, pela Ordem, para pedir a Vossa Excelência e ao Secretário Waldir Teis licença para me retirar. Nós temos uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça agora, e há um projeto de suma importância, portanto não poderemos nos atrasar. Pediria a permissão para me retirar. Convido os Deputados da Comissão de Constituição e Justiça para que fôssemos para a reunião. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Autorizado, Deputado Alencar Soares e Deputados que compõem a Comissão de Constituição e Justiça. Às 15:00 horas em ponto começa a reunião.

Com a palavra, o Secretário Waldir Júlio Teis.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Deputado, respondendo a sua pergunta eu estou tendo a seguinte informação.

A vinculação que houve nesse primeiro cálculo aí está com o número errado. Foi corrigido e enviado para Vossa Excelência, via *e-mail*, para que tomasse conhecimento. Então, houve um erro operacional nosso. Peço desculpas pelo nosso erro. Mas eles estão... Ou melhor, o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

Imposto de Renda não está incluído. A saúde e a educação estão fora da vinculação do imposto arrecadado. A questão da diferença do...

A outra pergunta... Vossa Excelência me falou sobre o resultado primário alcançado e sobre o resultado nominal alcançado. Deixe-me só ver em que quadro Vossa Excelência está. Já vou lhe responder, porque também eu não tenho tudo isso na cabeça.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu informo, Sr. Secretário, que Vossa Excelência aqui está com toda a sua equipe econômica. Se Vossa Excelência quiser recorrer à equipe na informação, Vossa Excelência tem a total liberdade para recorrer, nobre Secretário.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Muito obrigado.

Luiz Marcos, você pode me dar a explicação da questão do resultado primário e do resultado nominal e o porquê da diferença? Nós tínhamos uma previsão de janeiro a agosto de R\$290 milhões e alcançamos R\$663 milhões, no resultado primário. E no nominal, que é o quadro seguinte...

O SR. LUIZ MARCOS DE LIMA - Secretário Waldir Teis, o único registro que eu tenho a fazer é o que consta aí como informação de rodapé e, na verdade, o resultado nominal é apurado em outro conceito. Ele vem para esse demonstrativo, mas, na verdade, ele não é resultado de operações de matemática nesse próprio demonstrativo, porque é a diferença do que chama de dívida fiscal líquida entre dois períodos distintos.

Então, ele só figura aqui, mas ele não é objeto de operações de matemática. Aqui no próprio demonstrativo, ele usa outro conceito completamente diferente. E aí a distorção não dá de ver, porque na verdade teria que pegar a demonstração da dívida fiscal líquida para apurar o resultado nominal.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - A questão do resultado primário em milhões, nós vimos aqui, nós tínhamos uma previsão de R\$3,270 bilhões, realizado R\$3,459 bilhões. Então, houve um saldo positivo aqui, um excedente. E na questão também das despesas, nós tínhamos uma previsão de R\$2,979 bilhões e foram realizados R\$2,795 bilhões. Então, houve uma eficiência na arrecadação e uma redução também de despesas, que é o que propicia essa diferença com o que estava previsto. A dívida também menor. Perfeito!

O Sr. Chico Daltro - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Chico Daltro.

O SR. CHICO DALTRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srª Deputada, Sr. Secretário, Srª Maria José, Prefeita do Município de Dom Aquino, convidados, assistência, Vereadores, pedi a palavra, pela Ordem, apenas para deixar um questionamento, aproveitando da presença do Secretário aqui, tendo em vista que já está iniciando a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, da qual sou membro titular e tenho a relatoria de vários projetos, inclusive do Governo, nesta tarde.

Apenas, Sr. Presidente, para ao final da pauta principal, Vossa Excelência pudesse colocar aqui para o Secretário a questão do anúncio de fechamento das exatarias dos Municípios de Dom Aquino e de Juscimeira. Há um posicionamento, uma reação e uma inconformidade com a sociedade daqueles dois municípios com essa notícia de fechamento das exatarias.

Nós nos posicionamos aqui contrários ao fechamento dessas exatarias e nós gostaríamos, Sr. Presidente, que Vossa Excelência colocasse em pauta essa questão porque, com certeza, haverá uma mobilização muito forte da população desses municípios em razão dessa notícia a que nós nos posicionamos contrário, se assim estiver para ser tomada pela Secretaria de Fazenda.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

Agradeço, Sr. Presidente, a palavra, pela Ordem, que Vossa Excelência me concedeu. Percebo aqui a manifestação dos Deputados João Malheiros e J. Barreto, nos comunicou aqui também a respeito o Deputado Riva o posicionamento contrário à possibilidade de fechamento das exatarias de Dom Aquino e Juscimeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu vou acatar a palavra de Vossa Excelência, pela Ordem, até porque as exatarias além de serem agentes fiscais são agentes arrecadadores.

Já vou passar, Deputado Chico Daltro, para que o Secretário possa rapidamente responder a sua pergunta.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Deputado, respondendo a sua pergunta, desde que ingressamos no Governo, sempre nos deparamos com um problema muito sério das Prefeituras quanto à questão no índice de participação dos municípios. Não é assunto estranho para ninguém.

Nas nossas agências fazendárias, os serviços prestados, na verdade, são exclusivamente aos cidadãos do município. E nós percebemos uma distância muito grande entre o contribuinte do Estado, que ao mesmo tempo é contribuinte do município, com o Prefeito, com a Prefeitura, com o seu município, o comprometimento dele...

Nós temos um problema sério de GIAs. A Comissão das GIAs... GIAs feitas erradas constantemente trazem problemas ao Estado, trazem elevados custos e no final, quando se faz a apuração do índice de participação, que os prefeitos correm atrás, uma correria quase sem prazo para dar conta do recado, para resolver todas as pendências que ocorreram durante o ano e os municípios sempre perdem com isso.

O que nós percebemos? Nos lugares onde nós fizemos convênios com prefeituras, que nós dividimos as responsabilidades das agências fazendárias com as prefeituras, elas têm uma performance melhor dentro do seu índice. Trago um exemplo de Canarana, por exemplo, embora nós tenhamos uma agência fazendária, nós fizemos um convênio com Canarana para exercer as atividades fiscais, o que melhorou o índice dela sensivelmente.

Então, a relação munícipe e prefeitura está muito distante daquilo que é necessário. Nós estamos levando as agências fazendárias em forma de posto de arrecadação, posto fiscal, dentro das prefeituras, nós estamos colocando onde é possível servidores ou o Prefeito coloca o servidor, nós damos a estrutura ou a infra-estrutura necessária para o Prefeito. Com isso ele vai ter um acompanhamento durante o ano muito mais próximo da atividade dos seus contribuintes para fazer cobranças de apresentação de GIAs, de recolhimento de IPVA, recolhimento de ICMS, enfim, todas aquelas relações Estado/contribuinte. Isso facilita e fortalece muito mais a prefeitura nas suas reivindicações e nas exigências dos seus contribuintes, tanto que com os prefeitos nós já fizemos ou conversamos sobre esse novo modelo de trabalho e eles estão satisfeitos.

Outra questão é a seguinte: nós não entendemos que o Estado está muito grande também, com todo respeito, não dá para se pôr em cada lugar uma atividade do Estado quando a *internet* nos propicia melhores condições de trabalho. Nós estamos com o projeto andando de desenvolvimento desse sistema, que ainda não totalmente implementado na SEFAZ por falta de infra-estrutura física de servidores na área de computação, de informática, que a partir de 2006 estará sendo implementado. O que nós queremos fazer com isso? Fazer com que o contribuinte da sua casa emita a sua documentação, ele tenha acesso às informações que ele precisar da Secretaria da Fazenda, assim como acontece com o contribuinte dos tributos federais. Vocês podem ver que nos tributos federais nós temos uma Delegacia da Receita Federal aqui na Capital e umas sete ou oito, outras agências que ontem conversando com um membro da Receita Federal, eles estão

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

pensando também em diminuir essas agências da Receita Federal porque a *internet* hoje nos propicia melhores condições do que você ficar correndo, indo para uma agência fazendária. Se a questão é recolhimento de tributos, nós temos que adequar a nossa realidade, o cidadão tem que compreender que o Estado não pode continuar inchando, inchando, inchando, porque ele não quer dar um passo, ou não quer se subordinar a um horário de banco. Para os tributos federais ele vai recolher seus impostos até em agências lotéricas e nós já firmamos um convênio com a Caixa Econômica para propiciar os nossos contribuintes a partir de 2006 o recolhimento também em agências lotéricas.

Então, a decisão do Governador e do Secretário de Fazenda de fechar as agências fazendárias não é para diminuir a ação do Estado ou da Secretaria de Fazenda, pelo contrário, fortalecer a prefeitura perante os seus contribuintes e ao mesmo tempo proporcionando um serviço de melhor qualidade com muito menos custo para o contribuinte. Nós acreditamos, nós temos certeza de que a medida é muito mais profícua que manter uma agência fazendária e, daí a pouco, termos, hoje nós já temos, um custo muito elevado e a necessidade de se fazer contratação, ou um novo concurso para Agentes Fazendários. Então, se nós temos instrumentos que nos possibilitam diminuir o custo do Estado, conseqüentemente, esses instrumentos vão propiciar um menor custo para o cidadão, com melhores serviços. E, ao mesmo tempo, um recurso que seja destinado apenas para pagamento de pessoal pode ser destinado para outras atividades.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu solicito aos Srs. Deputados...

O SR. Chico Daltró - Sr. Presidente, eu vou fazer a minha conclusão em razão da resposta do Secretário.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - As conclusões nós estamos deixando para o final, Deputado Chico Daltró.

Agora, eu lhe concedo a palavra, rapidamente, até porque Vossa Excelência tem que participar da Comissão de Constituição e Justiça.

Eu solicito aos Srs. Deputados se aterem ao Requerimento.

O SR. CHICO DALTRO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

E só quero colocar, Secretário, que, na verdade, eu discordo dessas explicações que Vossa Excelência colocou. Eu estou no terceiro mandato de Deputado Estadual e ao longo desses dez anos há insistência com essa área a respeito de fechamento de Exatorias.

Então, quero colocar aos Deputados presentes que nós vamos apresentar um Requerimento solicitando uma Sessão Especial, e que Vossa Excelência possa comparecer, para abordar especificamente o tema fechamento de exatorias, porque nos parece que os cento quarenta um municípios são cento quarenta um pesos, cento quarenta uma medidas. Ou há um outro sistema que não se precisa de Exatoria para todos os municípios...

Está dando para o senhor ouvir, Secretário?

...ou há um sistema misto, onde alguns precisam de Exatorias e outros não. Sobretudo, aqueles mais distantes, onde têm mais dificuldades da constância do uso permanente e total, 24 horas por dia, às vezes, das linhas de *internet*. Então, os argumentos são sempre de que os dispositivos que se tem para cuidar da boa arrecadação estão sendo substituídos.

Mas nós queremos saber o seguinte: Quais são os municípios? Por que não todos os municípios? Ou, então, troca-se de sistema. Qual a justificativa para alguns permanecerem e quais vão permanecer? Fica na avaliação da população de cada município criar, na verdade, uma avaliação ou de menosprezo da capacidade daquele município, ou até de uma discriminação política contra o município. É isso que nos chega.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, de pedir que o Secretário já coloque a sua assessoria em trabalho a respeito disso, porque nós vamos requerer uma Sessão, na qual o Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

possa comparecer e colocar essa pauta única, vamos avisar, convidar e, com certeza, teremos aqui a presença de todos os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, associações comerciais desses municípios para discutirmos a questão de fechamento de exortorias no Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o Deputado Carlão Nascimento.

Antes, porém, de passar a palavra ao Deputado Carlão Nascimento, e quero pedir desculpa ao mesmo, mas o Deputado Chico Daltro abriu esse questionamento e eu acho que é o momento oportuno, porém, vou solicitar a todos que se atenham ao relatório da prestação de contas. Não vamos permitir mais um outro aparte a não ser a respeito desse relatório.

Com a palavra, o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Secretário, eu vou me ater exatamente ao relatório.

Como não fiquei bem esclarecido, e aqui é só questão de querer aprender mesmo, é porque eu tenho trabalhado tanto no Orçamento do Estado e tenho procurado estudar um pouco, tenho conversado muito com a Secretaria de Planejamento no sentido de facilitar entendermos o que é LDO, o que é PPA, o que é Orçamento, porque são peças que acabamos, nós que estamos trabalhando no dia-a-dia, não conseguindo entender bem, imagina a sociedade. Eu sei da posição do Governador de transparências nas suas ações.

Então, o que me dá a entender aqui? Que o Governo pagou mais juro do que devia, que o Governo pagou mais um montante da dívida do que devia.

Então, para não criar nenhum tumulto aqui na ... Eu até já conversei com o Assessor de Vossa Excelência, seria interessante que o senhor mandasse também para mim esse esclarecimento. É só isso.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Obrigado, Sr. Deputado.

Luiz Marcos, por favor, anote o questionamento.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, mais um inscrito no nosso plenário, o Sr. Afrânio Araújo.

O SR. AFRÂNIO ARAÚJO - Nós já temos dois anos e oito meses do atual Governo, e justamente a execução orçamentária, já que falam tanto que o Orçamento é uma peça fictícia, então a execução orçamentária, mesmo a quantitativa, os números, porque se nós formos analisar a questão qualitativa, de índices atingidos, e alguns já são colocados em alguns relatórios dos técnicos do Tribunal de Contas - é bom valorizar muito os relatórios dos técnicos do Tribunal de Contas, que, hoje, os técnicos nossos são maravilhosos, mas, às vezes, os votos de quem decide pela posição política sobre esses relatórios é que não são os mais interessantes. Mas estão de parabéns os técnicos.

A execução de Mato Grosso é esquisita. O orçamento é fictício, mas é fictício ao contrário. Então, é fictício! Ah! O número é fictício! Está bom! Então, o número... Atualiza para mais o que interessa e atualiza para menos o que não interessa. Geralmente são as áreas sociais ligadas a emprego, reforma agrária, meio ambiente. Depois arrecada mais do que orçou. E mesmo com essa crise que tanto propalam agora, que eu acho até que não precisa ser nenhum especialista em agronegócio para saber que está em crise, mas está em crise o modelo do agronegócio do grão de soja de Mato Grosso. Mono, mono, mono, mono! Qualquer crise sobre uma situação - o preço da soja, por exemplo, no mercado internacional, ou a relação dólar/real - o Mato Grosso sente. Culpa nossa, de todos nós, de não diversificarmos a economia. Se os empresários mato-grossenses do agronegócio usassem o padrão de altíssimo acúmulo da soja para gerar uma nova situação

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

econômica no Estado, e pegue outras questões econômicas, talvez o Estado de Mato Grosso não sofresse tanto agora e no futuro próximo.

Mas, enfim, arrecada mais do que orça e novamente volta a gastar mais aonde interessa, inclusive, ultrapassando o que orçou em algumas áreas: comunicação, Poder Legislativo, Poder Judiciário, e gastando menos do que orçou, apesar de ter arrecadado mais em áreas como agricultura familiar, reforma agrária, meio ambiente, geração de emprego, formação de recursos humanos, policiamento... Se bem que é uma reivindicação para a Secretaria. Seria melhor que melhorasse na *internet* a disposição daquele material, ele está em PDF, está extremamente apagado - salvo engano - e têm erros de digitação nos relatórios. Mas como é muito difícil enxergar, então, ficamos quietos um pouco. Vamos esperar para depois obter os dados num formato que possamos ler melhor.

Então, na verdade, o que acontece no Estado de Mato Grosso é um padrão de gastos. Um padrão de gastos que prioriza algumas áreas e não prioriza as outras.

E é só bom lembrar, para terminar, que um ponto percentual na educação e na saúde da recente corrente líquida são quarenta e dois milhões de reais. Então, nós não estamos falando: ah. Porque vai faltar um e pouco, dois e pouco para cumprir. Nós estamos falando de quarenta, cinquenta, sessenta, oitenta milhões, mais cerca de duzentos e poucos que têm que ser cumpridos em quatro meses. Então, nós estamos falando que os últimos quatro meses do ano, tirando fora o dezembro morto, nós vamos ter que gastar quase a metade do que está alocado para a Secretaria.

Gasto de última hora. Todo mundo sabe seu orçamento familiar. Gastos de última hora, as correrias são péssimos padrões de gasto orçamentário. E quando for fazer uma análise daqui a quatro ou cinco anos do padrão de execução qualitativo do Estado de Mato Grosso, nós vamos chegar a essa conclusão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Secretário Waldir Teis, cumprimento todos em nome da Prefeita de Dom Aquino, Dona Maria José; o Professor Júlio César; e todo o segmento organizado.

Sr. Presidente, eu volto a reclamar que acho esta audiência pública extremamente, não vou dizer inócua, mas improdutiva, porque ela dispõe a lei de responsabilidade fiscal sobre esse modelo, mas os Estados devem procurar se aperfeiçoar.

Eu acho, pelo que conversamos com todos os colegas Deputados, nós podemos inaugurar um novo modelo de audiência pública já no próximo quadrimestre, em que o Secretário de Fazenda venha aqui falar sobre a política fazendária: a eficiência do Estado no arrecadar; as evasões por ventura existentes; para onde foi mandado o recurso arrecadado, para a SEDUC, para a SINFRA, para a saúde; e cada secretário detalhar como gastou. Aí a sociedade tem como fazer seus questionamentos.

Então, eu vou insistir nessa tese de nós criarmos a Lei de Responsabilidade Fiscal de Mato Grosso, aproveitando essa lei que é, realmente, muito boa e eficiente. Mas eu já fiz a minha ponderação: é uma lei igual para desiguais. Nós tivemos muitos Estados e municípios afetados com isso. Mas é lógico que para o momento que o Brasil vivia, a aprovação dessa lei foi um grande avanço.

Falar, Sr. Presidente, que circulou no jornal de ontem ou anteontem algo que eu disse numa reunião a respeito da Lei Kandir.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

Eu quero fazer uma pergunta ao Secretário: se Mato Grosso tem recurso para receber essa lei e qual a última informação que ele tem. Segundo o que nós sabemos, existe uma determinação do Governo federal de não pagar mais os recursos da Lei Kandir, e esse recurso seria imprescindível para o Estado, especialmente nesse momento em que os municípios atravessam uma crise muito grande. Ele poderia ajudar e muito no pagamento do 13º de cada município. Eu sugeri ao Presidente e gostaria, Sr. Presidente, que Vossa Excelência, Deputado Silval Barbosa, levasse ao Colégio de Líderes a Assembléia Legislativa ingressar com uma ação de cobrança junto à União. É tão fácil a União dar calote nos Estados e nos municípios! Com uma simples decisão do Presidente ou de um Ministro lá se foram os recursos dos Estados e dos municípios. Então, eu gostaria que Vossa Excelência colocasse no Colégio de Líderes, hoje, essa avaliação para que todos os colegas pudessem avaliar. Porque eu vejo aí, por exemplo, o Governo federal prestando contas, agora, da saúde econômica do País e dizendo que o País está muito bem. Mas os municípios estão quebrados, Sr. Presidente, e quebrados por culpa da centralização dos recursos do Governo federal. Eram sessenta, e não são mais sessenta. Quase sessenta e dois por cento dos recursos já estão ficando em poder da União.

Então é preciso reverter esse quadro e fazer o que estava ao nosso alcance para cobrar aquilo que é de direito. A Lei Kandir, Sr. Presidente, é uma conquista para os Estados, especialmente aos produtores de grãos que passam por uma crise violentíssima. Então quero fazer essa pergunta para o Secretário e questionar porque o próprio Estado não ingressa com uma ação contra a União nesse aspecto. Inclusive, nós temos recurso da divisão do Estado questionado que a União não pagou.

Nós temos recursos, Sr. Presidente, da pavimentação das BRs-163 e 164 e outros que foram aplicados, recursos do Estado, que a União não pagou. Ora, é o momento do Estado dar um basta nisso. Não só Mato Grosso, mas todos os Estados.

Eu quero deixar esse questionamento e dizer o seguinte: continuo sendo otimista em relação a Mato Grosso. No ano passado, o Secretário Waldir Teis acertou em cheio, mas ninguém poderia calcular que viria aí uma Operação Curupira, que praticamente parasse o setor da economia, e não só o setor madeireiro.

O setor madeireiro acompanhando principalmente, Secretário Waldir Teis, da indústria moveleira, tem uma participação importante no Estado, nós não sabíamos que a pecuária iria passar um ano tão cruel como este. Agora que a carne deu uma reagida, em função do foco de aftosa em Mato Grosso do Sul e Paraná, mas acaba também não sendo também produtivo para Mato Grosso, mesmo com essa reação. Nós temos dificuldade nesse setor. E também ninguém sabia que o algodão ia entrar numa crise como entrou, e a própria soja.

Então, Sr. Presidente, eu continuo insistindo que os juros americanos, muito maiores para o próximo ano, e as evoluções das *comodities* de Mato Grosso de 2,05% para 2006 são fatores positivos para a economia de Mato Grosso. Eu prefiro acreditar nisso. Lógico, sempre com um pé atrás.

Também, Sr. Presidente, a Assembléia Legislativa está reformulando a Resolução 01/02. A Assembléia Legislativa está rigorosamente dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, rigorosamente. Aliás, Sr. Presidente, abaixo do que prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. Inclusive pode calcular que esse cálculo do Estado está 0,2 superior, diferente do nosso. O nosso cálculo está correto, até porque dispõe o art. 19, § 1º, que algumas receitas, algumas despesas estão excluídas do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. E o Estado, ao acatar a Resolução 01/02, cai para 1,55% o gasto com pessoal da Assembléia. Acontece que, temos que admitir, essa resolução está errada. E o Presidente já determinou, a Mesa Diretora já determinou a sua reformulação dela.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

Ela vai ser elaborada, excluindo, Sr. Presidente, o imposto de renda, permanecendo a receita previdenciária, que estabelece o art. 19 e outros fatores ali. Portanto, Sr. Presidente, a Assembléia está enquadrada. Não vejo dificuldade nenhuma nisso.

Queria falar um pouquinho, Sr. Presidente, das exatarias, mesmo na ausência do meu colega Deputado Chico Daltro, dentro do meu limite, rapidinho. Quero enaltecer a política transparente da Secretaria da Fazenda, desenvolvida pelo Secretário Waldir Teis. Pode haver aqui qualquer tipo de questionamento, mas nenhum questionamento em relação à transparência que a SEFAZ tem adotado, especialmente, Secretário, no tratamento com todos os Poderes.

Eu só tenho um questionamento sobre o acórdão do TC, que eu achava que tinha menos força que a legislação pertinente. Mas não podemos negar a transparência da Secretaria de Fazenda. E aí eu quero dizer o seguinte: Prefeita Maria José, pode ir para Dom Aquino apostando que o fechamento das exatarias vai ser muito bom para os municípios. Tem que aproximar o município do contribuinte, e o município tem mais eficiência mais próximo do contribuinte.

Agora, eu só não quero, Secretário, que o Estado entregue o ônus disso para o município, porque seria mais um ônus. O Estado poderia até ceder funcionário do Estado para o município fazer isso lá, porque o município já está sobrecarregado, pagando funcionário para justiça, para polícia, para não sei para quem. Ele não suporta mais essa carga. Então, eu quero parabenizar Vossa Excelência.

Prefeita, pode ficar tranqüila. Vai melhorar a eficiência da receita no município com essa decisão do Secretário Waldir Teis. Vamos conversar com o colega Deputado Chico Daltro e vamos trocar umas idéias sobre isso, com a bancada do PP e com os demais Deputados, para nós fazermos uma avaliação, mas não tenho dúvida de que é uma medida acertada. E aí a senhora pode ter certeza de que o Estado fazendo isso... Eu não sei quantos servidores tem a exatoria, mas de repente com apenas um que o Estado ceder, a senhora vai conseguir dar mais eficiência a sua política tributária do que hoje com a exatoria.

Então, era isso, Secretário. Muito obrigado. Peço desculpas por ter postergado a prestação de conta quadrimestral, em função da última sessão não ter sido possível. Agradeço sempre a disponibilidade de Vossa Excelência com esta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Ao Secretário Waldir Teis para resposta.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Primeiro, agradeço ao 1º Secretário, Deputado Riva, pelos elogios à Secretaria de Fazenda. Muito obrigado.

Quero deixar bem claro, Deputado, que essa prática da transparência que foi implementada na gestão Blairo Maggi, nós queremos levar, talvez, como o maior legado deixado para a sociedade mato-grossense e também para o servidor público. É o compromisso dele e o comprometimento com a sociedade em demonstrar para o cidadão o que é feito com aquilo que se arrecada e onde se emprega esse dinheiro.

Quanto à questão da Lei Kandir, Deputado, nós temos a PGE que ingressou com uma ação no Superior Tribunal Federal, reivindicando um ressarcimento em torno de três bilhões de reais, com base em todo o histórico da perda da arrecadação e também na concessão de créditos que foram efetuados pelo Estado aos exportadores. Essa ação está no Supremo. Além dessa ação tem mais uma ação conjunta de quatro Estados da região Sul, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, juntos nessa ação. Então, são duas ações no mesmo sentido.

Ainda na Lei Kandir, no ano passado, em dezembro, próximo ao Natal, o Presidente e o Ministro Palocci fizeram uma reunião com todos os Governadores dos Estados e houve um compromisso de se repassar, através da Lei Kandir, cinco bilhões e cem milhões de reais

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

para os Estados, de acordo com alguns índices já pré-fixados. De valor, faltam ainda novecentos milhões, e a União tem criado algumas condições para repassar isso. A principio uma das condições que não tinha sido na ocasião posta aos Governadores, que veio depois, é que só repassaria se houvesse superávit na arrecadação. Isso foi configurado. Superado isso, impuseram outra condição, que era aprovação da medida provisória do bem. Então, eu acho que era isso. Era isso daqui.

Então, a cada passo, surgia novo condicionamento para se liberar os novecentos milhões e a União tinha acertado com o Secretário-Geral do Ministério da Fazenda que preside o CONFAZ, que ele só tomaria qualquer decisão a partir do dia 23 ou 24 de novembro, agora.

Essa protelação, que começou em outubro, ainda já nas conversas em setembro, nós acreditamos que corremos o risco de não receber esse dinheiro, embora a Deputada Verinha Araújo esteja nos confirmando que o Governo Federal vai repassar esse dinheiro. Nós acreditamos que o Governo Federal vai honrar o compromisso assumido com os Governadores. Então, nós temos aí mais alguma coisa da Lei Kandir para vir. E nós estamos discutindo, ou discutimos na última reunião dos Secretários, que índice seria aplicado. Então, há divergência nos índices, mas nós chegaremos a um acordo.

Com relação à questão da ação, ela está no Supremo Tribunal Federal. Há uma pressão dos Estados de forma geral para que aqueles que não aderiram à ação façam a adesão nessas duas ações que estão no Supremo. E nós acreditamos que outros Estados virão, até porque a reclamação não é exclusiva de Mato Grosso. Ela é de 100% dos Estados exportadores. Todos estão reclamando essas diferenças da Lei Kandir.

E, acima de tudo, um problema muito sério para 2006, porque nós temos no art. 91, das Disposições Constitucionais Transitórias, a obrigação da União ressarcir os Estados até 2006, pela Lei Kandir. E o Presidente vetou no orçamento o recurso da Lei Kandir para 2006.

Então, há aí uma questão, eu acho que, talvez, de esclarecimento ao Presidente, que existe um comando constitucional. Eu não sei lá na frente qual será a decisão dos Estados. Se o Presidente não retornar, não voltar atrás da sua decisão, eu não sei qual será o desfecho. É uma coisa que nós ainda estamos aguardando. Com certeza, o Presidente vai rever a sua medida. Nós acreditamos que em 2006 será colocado, de uma forma ou de outra, no orçamento da União, até porque é um comando constitucional. E comando constitucional, nós acreditamos que o Presidente Lula não vai se recusar de cumprir, até porque é um risco muito grande para ele.

Só para fazer mais um esclarecimento na questão de atividade de econômicas e das agências fazendárias.

Obrigado, Deputado Riva pelo apoio.

Quando você implementa alguma mudança, o medo da mudança é muito grande. Burro arreado com sela antiga não tem problema de calo ou de descascar o lombo. A sela nova, ele sempre refuga, porque dá uma machucadinha aqui, uma machucadinha lá, mas logo a sela se ajusta no lombo e a coisa continua andando do mesmo jeito. É questão de mudança. E a mudança vai ser para melhor.

Mas, o convênio que fizemos com a Caixa Econômica Federal, nós estamos abrindo mais duzentos oitenta quatro postos de arrecadação no Estado de Mato Grosso, melhorando a dívida do contribuinte. E a questão também da procura dos nossos contribuintes nas agências fazendárias, 80% deles vai requerer a certidão negativa de débito, consulta de conta corrente e também a emissão da IDF. Esses serviços podem ser obtidos via internet, que evita, inclusive, a viagem ou o risco de ter um gasto no trânsito, enfim, no seu deslocamento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

E outra coisa, Deputada Verinha Araújo, Deputado Ságuas, a questão da atividade econômica de 2005, 2006, nos nossos levantamentos que foram feitos, isso é apenas uma prévia, o que foi constatado é que o algodão tem uma redução de 57%.

No arroz teremos uma redução de 74%, Sr. Presidente, no faturamento do arroz. No ano passado, quem vendeu arroz cirad, que é uma variedade, para quem não sabe, é uma variedade entendida ou, na época, classificada como arroz agulhinha, que se vendeu arroz a quarenta, quarenta e cinco reais a saca.

Hoje nós temos pecuarista colocando arroz na ração do gado. Veja a que cúmulo chegou o alimento de mesa humana em cocho de gado, porque o preço de quarenta reais, trinta reais, depois foi caindo, hoje não se vende a mais do que nove, dez reais a saca. E, pior de tudo, desculpe-me, Deputada Verinha Araújo, não é uma crítica, é um fato verdadeiro, isso ocorreu dada a uma resolução do Ministério da Agricultura que desclassificou o arroz cirad como agulhinha. Conseqüentemente, no mercado caiu o preço e deu no que deu.

Na soja, nós tivemos uma redução de preço de 56% e na pecuária uma redução de preço de 26%.

Então, nós tivemos aqui uma média de redução de preço nesse commodities de 38%. Isso são apenas números para refletirmos a realidade, que é aquilo que eu disse: O bicho pode ser feio, mas nós temos que encarar o bicho, ou não vamos criar terrorismo, mas não podemos deixar, não podemos omitir nosso quadro, hoje, porque as conseqüências no futuro serão maiores.

Mais uma coisa, Sr. Presidente, não vamos baixar a cabeça.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o Sr. Júlio César Viana, Presidente do SINTEP.

O SR. JÚLIO CÉSAR VIANA - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Deputados, Srª Deputada, demais presentes.

Primeiro, eu fico muito feliz, embora quase vinte anos depois, de ouvir, institucionalmente em Mato Grosso, a um questionamento à Lei Kandir, prova de que, há quase 20 anos, quando fazíamos a crítica a ela na sua tramitação no Congresso Nacional, estávamos certos. Só lamento que hoje os seus críticos foram coniventes ou omissos naquela ocasião.

Com relação à questão, concordamos de que a questão da relação Estado, União e Município, no que diz respeito à repartição dos encargos e a distribuição da arrecadação é extremamente perversa. No entanto, não vemos saída ou solução para isso sem a discussão de uma reforma tributária que venha de fato a fazer uma tributação neste País, primeiro, que não onere aquele que tem as menores rendas e que de fato seja um fator de distribuição melhor de encargos e receita entre Estado e município.

E aí, nessa questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, Deputado Riva, concordamos de que há diversas imperfeições nela, até porque a finalidade de uma responsabilidade fiscal teria que se dar em função do atendimento dos direitos sociais e do desenvolvimento social também. Sem isso, uma Lei de Responsabilidade Fiscal não terá o menor sentido.

Mas eu gostaria, embora o Secretário Waldir Teis tenha colocado já de início como assunto encerrado, voltar à questão do imposto de renda retido na fonte. Não é verdade que seja apenas uma movimentação contábil. Nós os servidores e aqui, principalmente, os técnicos da Secretaria de Fazenda, que são contribuintes assíduos do imposto de renda retido na fonte sabemos que não é uma mera movimentação contábil. Todos os meses nós sabemos o quanto é sangrado dos nossos rendimentos e o que isso compromete para uma sobrevivência digna no cotidiano. Portanto... E não cabe também ao Tribunal de Contas julgar a questão constitucional. O Tribunal de Contas não é nem membro efetivo do Judiciário. Ele é membro do Legislativo. Cabe, sim, à Assembléia

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

Legislativa analisar que não é uma resolução, Deputado Carlão Nascimento, mas um parecer, até porque o órgão Tribunal de Contas é submisso a esta, é um órgão assessor desta Casa. Portanto, à decisão do tribunal cabe, sim, o questionamento e o questionamento feito pelo parlamento a quem o tribunal presta conta.

Eu gostaria de pedir esclarecimento ao Secretário Waldir Teis sobre três questões. A primeira é se nesses recursos aplicados na educação estão incluídos aqueles determinados pelo art. 245, § 3º da Constituição Estadual.

Fiquei muito feliz quando o senhor falou da obrigação que o gestor público tem com a Constituição, obrigação que eu também espero do gestor estadual em relação à Constituição Estadual, e não só do gestor federal em relação à Constituição Federal.

A segunda questão que eu gostaria de que me fosse esclarecida é se naqueles 23,79%, na manutenção e desenvolvimento do ensino, estão incluídos os gastos efetivados com a manutenção do ensino superior pelo Estado de Mato Grosso.

E a terceira questão é a de que me fuge a capacidade intelectual, talvez por limitações minhas, mesmo, de entender essa questão da redução, e não tenho a menor dúvida de que o fato econômico em Mato Grosso tem sofrido uma subtração nesse último período, mas também me fuge a compreensão de que diante disso tenhamos também a redução das alíquotas de alguns dos produtos em relação ao ICMS, a exemplo do que aconteceu há mais ou menos 60, 90 dias com a redução da alíquota do ICMS sobre o boi, de 14%, se não me engano, para 1,5%. Qual é o impacto que isso tem sobre a redução da arrecadação do ICMS no Estado. São essas três questões.

Agradeço ao Presidente da Assembléia Legislativa por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o Secretário Waldir Teis.

O Sr. Riva - Peço a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, eu quero primeiro justificar que tenho uma audiência às 15:30 e vou ter que me retirar.

Mas eu quero, Professor Júlio, em relação à Lei Kandir, esclarecer que ela data de 16 de setembro de 1996. Não tem 20 anos. E eu fico feliz, porque sempre tive um posicionamento em relação a essa lei, continuo tendo o mesmo posicionamento e acho que o Governo Federal, na verdade, Secretário Waldir, repõe um pouquinho daquilo que os Estados perdem e nós deveríamos ter uma lei também para respaldar os Estados em relação aos incentivos que a União concede. É uma festa esse incentivo do IPI. É um dinheiro que não é da União, é do Estado e dos municípios também. Eu até falei com o Secretário Waldir Teis: nós precisamos reavaliar a questão dos incentivos *in totum*. Principalmente, Deputada Verinha Araújo, Vossa Excelência que defende isso no Estado, em relação à União, porque o valor é muito mais astronômico em relação aos incentivos concedidos de IPI, muitas vezes para beneficiar o Nordeste. Não tenho nada contra o Nordeste, mas já é beneficiado pelo repasse do FPM de forma diferenciada do FPE, e mais uma vez acaba penalizando os Estados do Centro-Oeste.

A Srª Verinha Araújo - Vossa Excelência permite um aparte, Deputado?

O SR. RIVA - Eu pedi, pela Ordem. Então, não tem aparte, mas Vossa Excelência pode falar, em seguida, pela Ordem.

Apenas para concluir, Sr. Presidente, a questão da Lei Kandir. E dizer que eu concordo com o Presidente do SINTEP em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós temos uma Lei de Responsabilidade Social, acho que nós devemos consorciar essa lei e fazer uma discussão global. Não há que se falar em Lei de Responsabilidade Fiscal, menosprezando a questão

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

social. E Vossa Excelência pode ter certeza que nesta Casa este é um debate eminente que deve acontecer agora, no primeiro semestre do ano que vem. Eu acho que Mato Grosso tem que aperfeiçoar um pouco mais, Deputada Verinha Araújo, a sua legislação, especialmente no tocante a isso. Nós temos Estados que já fizeram uma nova regra para essa prestação de contas quadrimestral, criando a sua própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Por isso nós tecemos esse comentário.

Mas em relação também, Secretário, só concluindo, à questão do Imposto de Renda, eu também gostaria de deixar uma pergunta: se esse Acórdão do TC realmente tem força, desconsiderando um dispositivo que, para mim, é superior, que é a legislação que nós temos na questão desse repasse tanto para a saúde como para a educação.

A Sr^a Verinha Araújo - Sr. Presidente, Vossa Excelência me permite ainda fazer um adendo a essa questão que o Deputado Riva levantou?

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu vou permitir o adendo. Então, gostaria que a Deputada fosse direta ao adendo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Duas questões. A primeira, é que tem uma representação assinada por nós e pelo Deputado Carlão Nascimento no Ministério Público sobre essa questão do recurso do Imposto de Renda, a não vinculação em relação à educação e à saúde. Nós estamos aguardando uma posição do Ministério Público sobre isso, porque o nosso entendimento é o de que o Parecer do Tribunal de Contas, o Acórdão, não tem validade constitucional.

Segundo, nessa linha que Vossa Excelência perguntou do IPI em relação aos recursos federais. Já que o Secretário admite toda uma crise desse setor do agronegócio para 2006, diante dos altos incentivos que este ano estão deixando de arrecadar nesses setores, algodão, soja, madeira, etc, um bilhão e duzentos milhões de reais, mais ou menos, é a expectativa. Por que não reduzir alguns incentivos até para não propiciarmos uma queda tão brutal como o senhor está prevendo em relação a 2006, em relação aos incentivos fiscais? O que o senhor pensa a respeito?

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o Secretário Waldir Teis, para responder o questionamento do Prof. Júlio César.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Eu vou responder, Sr. Presidente, o questionamento do Júlio César, que é Presidente do SINTEP. E ele tem razão quando se fala de não onerar os de menor renda. Em Mato Grosso, nós acreditamos que o Governo Estadual não onera o de menor renda.

Na gestão Blairo Maggi foi concedida a isenção para a carne, para o arroz, para o feijão e para algumas frutas. Foi feita a redução para os usuários de telefone pré-pago, numa alíquota de 30% para 25%. Buscou, fazendo oneração disso aí, bares e restaurantes, que é uma atividade basicamente de lucro, e o empresário teve uma redução de carga tributária.

Então, na gestão Blairo Maggi, eu tenho certeza absoluta que o ICMS teve uma redução de carga tributária. A questão não é em nível estadual, é em nível federal e nós temos que a legislação que não é de 2002 para cá, mas é uma legislação que vem sendo aperfeiçoada anos após anos.

Eu acho que país em desenvolvimento é isso mesmo: sempre adequando a legislação de acordo com os fatos que vão acontecendo, de acordo até com as espertezas que vão acontecendo no meio do caminho. Se quiser saber, Sr. Presidente, da história de um povo, é só pegar a legislação dele. Pela legislação o senhor consegue descobrir toda a história e a trajetória econômica e social de um povo.

A primeira pergunta: Recursos aplicados na educação de acordo com o art. 255, § 3º. Nós temos o seguinte: a Constituição Federal fala da vinculação em cima do produto arrecadado

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

e não do potencial da Receita. Então, é uma questão conceitual, Júlio César, que nós temos que respeitar a princípio do que diz a Constituição Federal. É válida a sua compreensão, mas nós trabalhamos com o produto da arrecadação.

A questão de manutenção no Ensino Superior, eu não sei informar, porque isso é atividade da Secretária Ana Carla. Eu vou deixar essa pergunta para que seja respondida para você depois, através da nossa equipe que faça a resposta.

A questão da arrecadação da alíquota do boi, de 12% a 14%, é o seguinte: na pecuária, em 2005 agora, nós tivemos uma previsão em setembro de setenta e dois milhões. Embora houve uma redução de alíquota para o boi em pé para outros Estados de 12% para 13%, nós temos uma arrecadação de setenta e três milhões. Então, tivemos uma performance positiva. Mas qual o porquê dessa redução? Não é uma questão de você dizer que vai repassar lucro para atividade produtora. Nós temos um problema ambiental, que você mesmo colocou, bastante sério em Mato Grosso e nós temos hoje, graças a Deus, o maior plantel pecuário bovino do país, vinte e seis milhões e trezentas mil cabeças.

A forma encontrada pelo Governo do Estado, em conjunto com esta Casa de Leis, muito bem discutida, foi que nós devemos reduzir o avanço da fronteira agrícola e pecuária em Mato Grosso, dada essas questões ambientais, dada essa pressão que ela é exercida de fora para dentro, do exterior e também do próprio Brasil em cima de Mato Grosso. Para se evitar esse avanço da pecuária, porque depois, atrás dela vem o grão, vem o arroz, vem o feijão, vem a soja, vem o algodão, daqui a pouco vem a mamona, depois não sei mais o que vem, vem o amendoim, o girassol, foi a alternativa encontrada para que se pudesse diminuir um pouco essa pressão de avanço, eu diria que desmatamento de abertura de várias áreas. Então, ela não é uma medida apenas para agradar pecuaristas.

Ela foi uma medida para, a princípio, resolver um problema, começar a solução de um problema ambiental; segundo, resolver um problema econômico da classe, ou do segmento da pecuária que vinha com seu estoque todo mantido dentro da passagem, contabilizando um prejuízo, dada, justamente, a questão da demanda que não supre a nossa oferta. A nossa oferta é muito maior do que a demanda. Os nossos frigoríficos não abatem, não têm capacidade de abate da nossa oferta. Então, você tem que proporcionar condições para poder viabilizar esse segmento econômico.

E aproveitando, nessa questão ambiental, quando se fala das questões ambientais de Mato Grosso, todo mundo atira pedra no Governador, achando que o Governador é responsável por todo desmatamento que há em Mato Grosso. Nós temos hoje, desmatado em Mato Grosso, em torno de 32% do seu território. Disso, nós temos noventa milhões ponto seis mil hectares de área. Dessa área, nós temos, aproximadamente, seis milhões e meio a sete milhões de agricultura, vinte e dois, vinte e cinco milhões, não me recordo bem destinados à pecuária.

Então, vejam que a nossa capacidade de avanço da agricultura é possível através da legislação. E nós não podemos nos entregar a uma pressão apenas filosófica de querer o zelo. Um zelo, eu vou dizer, abestalhado - desculpem-me a expressão -, para atender grupos do exterior, quando nós temos o quê do exterior? O medo de que Mato Grosso seja um grande produtor de alimentos, porque vai atrapalhar as atividades da Argentina, dos Estados Unidos, da Europa e assim por diante. E hoje, por falta... Eu vou dizer uma coisa aqui. Isso é uma verdade, Deputada Verinha Araújo. Vossa Excelência vai me desculpar. Por irresponsabilidade dos nossos Governos, federal e principalmente de Mato Grosso, o agronegócio está na situação que está. Se no passado tivesse liberado o plantio dos transgênicos que o mundo inteiro planta... O Brasil importa fruta transgênica, importa algodão transgênico, a insulina é transgênica. Se importamos, nós não permitimos que se produza aqui a troca do quê? A troca de manter cartéis de estrangeiros quando enviam toneladas e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

toneladas, Deputado, de produtos químicos para combater ervas daninhas, para combater pragas da agricultura, quando um quarto disso, pelos estudos que temos, seriam suficientes para combater.

Então, nós estamos infestando o nosso solo, o nosso subsolo, a custo de uma política burra quando o resto do mundo faz o que pode, o que quer e nós não podemos fazer apenas por zelo em louvor da ecologia que nós temos muito mais campo para isso.

Se a senhora entrar no *site* do *Google Earth* e der uma navegada no *site* para ver o que acontece...

(A SRª DEPUTADA VERINHA ARAÚJO INTERROMPE O ORADOR.)

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Deputada, desculpe, quando a senhora fala, eu escuto.

...o que é o desmatamento nessas regiões do exterior. Eu vi dias atrás, navegando pelos Estados Unidos, pelo *site*, santo Deus, gradearam até o barranco de um rio para fazer plantio. Aqui se você não deixar a margem preservada, você corre o risco de ser preso. E com razão, porque tem que ser preservado.

Então, nós temos coisas que vêm acontecendo há décadas. Pegue o Sul, Deputada, ninguém fala do Paraná que desmatou tudo, ninguém fala de São Paulo que desmatou tudo...

(A SRª DEPUTADA VERINHA ARAÚJO INTERROMPE O ORADOR.)

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Deputada...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu não permiti aparte e eu vou solicitar ao Secretário voltar ao relatório da prestação de contas, senão vai levar a nada.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Perfeito.

Ainda respondendo ao Júlio, o Governo Federal tem de incentivos fiscais quarenta e sete bilhões que não põe nas suas contas para distribuir aos Estados e aos Municípios. Então, nós temos uma lição de casa melhor feita entre os entes federados e reestudar o Estado.

O Sr. João Malheiros - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado João Malheiros.

O SR. JOÃO MALHEIROS - Sr. Presidente, demais componentes desta mesa, eminente Secretário Waldir Júlio Teis, toda sua equipe técnica, brilhante equipe por sinal, da Secretaria de Fazenda, eu queria dizer duas coisas.

Primeiro, agradeço a maneira brilhante como foi conduzida esta audiência, no mais alto nível. O Secretário pôde não só responder todos os questionamentos como alguns deles que por ventura não foram elucidados serão e já foi determinado pelo Secretário à sua equipe, volto a repetir, brilhante equipe, que certamente irá brindar, principalmente o Deputado Carlão Nascimento, com os esclarecimentos que por ventura deixaram algumas possíveis falhas.

Quero dizer que a par disso, nós temos também agora uma obrigação parlamentar, porque somos Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária deste Parlamento e evidentemente estaremos lá trabalhando para que os processos desta Casa não parem, não só as Mensagens do Executivo como também dos Srs. Parlamentares, e demais projetos que estão em andamentos. Portanto, ao pedir licença para me ausentar desta Audiência, quero reiterar ao Secretário Teis a nossa satisfação de tê-lo na equipe do Governo Blairo Maggi. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu concedo licença para a retirada do Deputado João Malheiros. E também já justifico a ausência do Deputado Carlão Nascimento que é Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. Às 15:30 horas é o horário de iniciar os trabalhos dessa Comissão que está com um volume grande de matéria

Excluído: e Execução de Acompanhamento

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

para ser apreciada. Portanto, as duas Comissões estão trabalhando neste momento, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Com a palavra, o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que participam desta Audiência Pública, você que assiste à TV Assembléia, o objeto deste encontro é o cumprimento da Constituição, através da Lei Complementar nº 101, que regulamenta a parte que diz da organicidade dos Poderes e da aplicação dos recursos públicos para que cada um possa desempenhar a função pública que tem com zelo, com ética, com denodo e, principalmente, atendendo as aspirações do povo, porque o art. 5º diz que é dele que emana o poder, em nome dele será exercido e para ele seus resultados deverão ser voltados.

Então, uma Audiência como esta não tem que ser aqui uma troca de direitos daqueles que são meios da execução do principal. Não deve se limitar se esse ou aquele setor tem mais ou menos direito do que o outro na destinação dos recursos. A preocupação desses recursos, desse dinheiro, que é público, que sai do dinheiro do povo deve ser se ele está sendo bem ou mal aplicado. É isso que a Lei de Responsabilidade Fiscal deseja contribuir.

Portanto, nós estamos aqui para dizer ao final, Sr. Secretário de Estado de Fazenda do Governo de Mato Grosso, Vossa Excelência, em nome do Governo, e, por conseguinte, os demais Poderes deste Estado e da União, estão cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal? Sim ou não? É isso. E pelo que foi apresentado sim. Mas ficou suficientemente esclarecido à sociedade isso? Com certeza, não. É uma matéria complexa, com nomes difíceis, com fórmulas, com técnicas, com aplicações, que, ao final, o cidadão comum continua na dúvida. O dinheiro público, que é meu, que é seu, que é de todos nós, está sendo bem aplicado, com justiça, com equidade, garantido aquilo a que temos direito?

Então, o modelo, Sr. Secretário, Sr. Presidente desta Casa, da apresentação dessas audiências, precisa ser revisto. Não dá para imaginar o legislador, ou os legisladores que contribuam para edição da Lei Complementar nº 101, que previsse tudo. Por isso os Poderes são perenes, nós temos que ir aperfeiçoando a cada tempo a sua prática.

Portanto, eu acho que na próxima apresentação seria de bom alvitre que cada Poder estivesse aqui explicando a parte que lhe cabe, e não só o Executivo falando por todos, dos números de todos, que lhe passam seus relatórios individualizados e depois vem apenas um dos Poderes, que não é ele quem faz todas as despesas, prestar as contas à sociedade. É impossível que um Secretário consiga falar por todo Governo, quanto mais falar por todos os Poderes.

E nós temos que unificar a linguagem, já avançamos um pouco na discussão orçamentária, o que é orçamento geral, o que é LDO, o que é PPA, aí chega aqui e complica tudo de novo, na hora da aplicação disso.

Então, na apresentação do relatório deveria ter uma linguagem também: a receita é isto, divide-se nessas formas de receita, a despesa é desta forma, custeio, investimento pessoal, aí cada Poder presta conta do seu, mostra quanto gastou, porque gastou, e a sociedade tem condições de fazer uma apreciação.

A minha fala, Sr. Presidente, Sr. Secretário, é no sentido de contribuir para que o próximo relatório venha com avanço, detalhando também de quem é essa responsabilidade. Lei de Responsabilidade Fiscal de quem? Só do Governador do Estado? Só do Secretário de Fazenda? Não é. Aqui estão os números do Estado de Mato Grosso, não é do Poder Executivo apenas.

Portanto, isso tem que ser estratificado, tem que haver transparência em todos os entes públicos que compõem o Estado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

Então, fica aqui uma sugestão, e aí nós vamos avançar. Quanto à questão de assustar os números, deixar de assustar, o Orçamento é fictício... O Orçamento não é fictício, o Orçamento é uma peça técnica que admite variante porque depende de fatores futuros, e o futuro a Deus pertence, e só a ele.

Portanto, é previsível, é possível, sim, que haja alterações. A própria lei prevê reserva de contingência, mecanismos já admitindo que essa peça técnica... Agora, ela tem que ser efetivamente técnica, calcada em estudos, levantamentos que possam subsidiar a sua confecção. Agora, não dá para admitirmos como verdade de que tudo é fictício, é um blábláblá, é para parecer que as coisas tem controle, tem organização. Não é isso, não, e a sociedade nos exige cada vez mais.

Então, eu penso que a questão orçamentária tem que avançar e a prestação de contas é o eixo para fazer com que todo o resto possa funcionar.

E vejo que a Assembléia Legislativa, cumprir as determinações da Constituição, Sr. Presidente, mesmo com essas observações que eu ou outro possamos fazer e, às vezes, tardiamente, mas que fique para o futuro, para consertarmos, é muito válido, quer dizer, de um jeito ou de outro está acontecendo o que nunca aconteceu.

Já estamos na segunda avaliação. É preciso lembrar que este Governo, e os Poderes também, é o primeiro período de quatro anos, vamos dizer, que 100% em nível de Estado está dentro da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja prestação de contas final, 100% vai ter que estar se enquadrando dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em nível de Estado e Federal também. Então, por conta disso é até óbvio que há reparos a serem feitos nesses encaminhamentos, mas não dá para sairmos daqui achando que fomos suficientemente capazes de dizer à sociedade: você viu? Está tudo certo. Eu imagino que muitas dúvidas fiquem ainda.

Portanto, Sr. Presidente, fica essa sugestão de discutir com a equipe para que no próximo relatório possamos ter uma maior e melhor estratificação dessas informações.

Quanto ao item educação, Sr. Secretário, uma observação e aí eu quero fazer coro. Eu participei, há algum tempo, onde foi dada à categoria da educação a oportunidade de que se fizesse um levantamento das receitas do Estado para que depois discutíssemos se há ou não condições de discussão da questão salarial.

Foi feito isso pelo sindicato, foi produzido um relatório, foi distribuído aos Deputados, o que eu recebi tirei cópia e encaminhei para a Srª Secretária de Educação pedindo que fizesse uma avaliação e me encaminhasse novamente para que eu pudesse, então, fazer um comparativo daquilo que dizia o sindicato no seu relatório e aquilo que viria a dizer a Secretária de Estado de Educação.

Ainda estou esperando, Sr. Secretário, o relatório da Secretaria de Educação. Então, eu gostaria de pedir à Secretaria de Fazenda para que me desse essas informações, porque vai chegar um momento que vamos ter que discutir essa questão e é importante que façamos em cima de dados técnicos daí.

Portanto, concluo minha fala aqui nem questionando o Secretário Waldir Teis, simplesmente no sentido de contribuir, porque é difícil tentar passar para a população o nosso papel também nesta Casa. É complexo esse debate da Lei Kandir e isso tem que ser muito exposto.

É muito dinheiro, Sr. Presidente. Nós estamos falando aqui de cento e sessenta milhões de reais só do Estado, mais vinte e cinco milhões que os municípios de Mato Grosso deixaram de receber de um total de não sei mais quantos milhões de há anos, que aí não é só o Governo Lula, vem do Governo passado também, que vem devendo a Mato Grosso.

Se pegarmos o que Mato Grosso “deve” à União, um dever entre aspas, porque Mato Grosso paga conta de Mato Grosso do Sul até hoje, aí fica um crédito a favor de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

Então, se houvesse um encontro de contas daquilo que a União, que o Governo Federal deve a Mato Grosso e o que devemos a eles, ainda ficaríamos com um crédito, me falta em memória o número, mas com certeza ficaríamos com crédito. E não teria essa sangria todos os meses de cerca de vinte, vinte e poucos por cento de toda a receita que o Estado arrecada, sem precisar de um dedo de favor do Governo Federal. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Já é a segunda vez que fomos solicitados para fazer esse encaminhamento, Deputado Carlos Brito. Eu até delego as competências para Vossa Excelência encabeçar uma comissão de Deputados para elaborarmos no Regimento Interno que está na fase final, Deputado Ságuas, no qual Vossa Excelência é o relator, e achamos uma brecha na legislação, um espaço na legislação, onde possamos ver contemplada essa sua sugestão da apresentação de contas nos quadrimestres, mas de cada Secretaria e de cada Poder. Fica então a incumbência, porque a sugestão é ótima.

Com a palavra, a última oradora inscrita, a Prefeita Municipal de Dom Aquino, Sr^a Maria José Borges.

A SR^a MARIA JOSÉ BORGES - Sr. Presidente, Deputado Silval Barbosa, na pessoa do qual eu cumprimento toda a Mesa; Sr. Secretário Waldir Teis, na qual cumprimento a todos os senhores presentes.

Sr. Secretário, quando usou esta tribuna o Deputado Chico Daltro... Nós queremos dizer que é um Deputado que sempre trabalhou muito na nossa região, o Município de Dom Aquino. E dizer para o Sr. Secretário que nós recebemos um dos funcionários lá, até já me esqueci o nome dele, o Sidney. E no momento em que ele esteve em Dom Aquino, ele me fez um convite para ir até à Exatoria. E eu fui, atendendo esse convite. Fiquei, assim, um pouco perplexa, quando foi colocada a posição de que Dom Aquino e Juscimeira passariam a ser um Posto. Até estão aqui presentes os Vereadores de Juscimeira.

Deputado Silval Barbosa, Srs. Deputados, Sr. Secretário, Dom Aquino tem tido perdas. Nós perdemos, há pouco tempo, o nosso cartório eleitoral, que foi para Campo Verde, e nós ficamos apenas com um Posto. Quando chegou essa notícia aqui, nós sentimos a perda da auto-estima das pessoas, porque perde-se mesmo!

Uma outra coisa que foi colocada, Sr. Secretário, é que nós temos ali os grupos filantrópicos de trabalho: a Maçonaria; e o *Lions*, do qual nós fazemos parte - está aqui o meu Vice, o Sr. Ozair, presente, que é hoje um venerável da Loja Maçônica de Dom Aquino. E nós somos cobradas, Sr. Secretário. Fui até cobrada, dizendo, assim, que a Secretaria de Fazenda tem dentro de si que Dom Aquino parou no espaço, e não é verdade! Em Dom Aquino, para os senhores hoje ficarem cientes, Deputado Ságuas, nós, provavelmente - esperamos que tudo dê certo -, teremos a presença do Presidente da República ou do Ministro das Minas e Energia.

Sr. Secretário, na quinta-feira passada, em Dom Aquino, a Adequim que hoje tem a produção de óleo biodiesel foi reconhecida na ANP. E eu quero de público deixar o meu agradecimento, porque nós tínhamos um documento emperrado na antiga FEMA, que hoje é SEMA, mas o Dr. Marcos Machado, com menos de 24 horas, trouxe para nós resolvermos, para que nós pudéssemos ter em mãos esse documento para irmos ao Rio de Janeiro e prepararmos, de fato, como se fazia necessário, a legalidade do funcionamento da Adequim. Hoje, já está escrito lá o nome REMOBRÁS. Com tudo isso nós sabemos que vamos ter mais geração de emprego e renda.

Sr. Deputado Silva Barbosa, nós estamos lá com um depósito de noventa mil litros de óleo. Já usamos o óleo nos nossos tratores que trabalham na comunidade. Nós temos indústria de tijolos, nós temos indústria de palmito, conserva do pepino, três indústrias de queijo da melhor qualidade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

A nossa boneca de pano, eu quero dizer para as mulheres que se fazem presentes aqui, foi concorrer a um prêmio agora da região Centro Oeste, em Goiânia, e nós conseguimos o terceiro lugar. Perdemos apenas para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e para Aparecida de Goiás. Então, nós estamos hoje com esse orgulho dentro de nós, de ter conseguido esse prêmio de terceiro lugar. Dom Aquino, uma pequena cidade.

Quanto ao ensino, Sr. Secretário, eu vou demorar um pouquinho porque eu gostaria de expor para o senhor o que nós temos feito nesses últimos dias. Estive numa reunião na Fazenda Perdigão do Cupim com os gaúchos, onde ali eles pediram para que eu fizesse o possível para arrumar máquinas e estradas, pelo menos, para que pudesse acontecer aí o escoamento da produção de grãos.

Eu até quero dizer que eu já estou, hoje, com o apoio do Governo. Estive com o Governador esses dias, e ele está me cedendo novamente o 9º BEC para nós podermos ajudar nesse trabalho. Hoje, às seis horas, eu mandei uma patrol, um caminhão e dois trabalhadores da prefeitura para que pudesse dar início a essas estradas.

Então, Dom Aquino tem também a produção da soja e a produção do algodão. Nós temos mais de cinquenta mil hectares que está ali na região de Campo Verde, mas é do Município de Dom Aquino. Nós temos a produção de vinho, também de boa qualidade, que é do Município de Dom Aquino.

Nós temos, hoje, Sr. Secretário, dois viveiros, um dando início agora. Nós temos hoje um plantio muito grande, enorme, de eucalipto. Nós temos ali nesses dois viveiros, hoje, mais de um milhão de mudas, inclusive, de plantas nativas, que é o pequi e outras mais. E Juscimeira também é a cidade do turismo.

O Deputado Chico Daltro nos colocou, Sr. Secretário, também a posição do Deputado Riva, por quem eu tenho um grande respeito. Aliás, eu tenho respeito por todos os Deputados. O que eu quero dizer ao senhor é que atenda o pedido do Deputado Chico Daltro. Eu tenho certeza de que o nosso Presidente da Assembléia Legislativa vai nos receber aqui, para o senhor explicar, como Secretário, para a comunidade, porque quem está sofrendo é a Prefeita Maria José, que está deixando ir embora a Exatoria, passado para um Posto, passando a pertencer à Jaciara.

Então, isso está doendo muito no meu coração. O senhor não imagina o quanto eu tenho sofrido de sexta-feira para cá. E tenho certeza que também está sofrendo o Prefeito de Juscimeira. Para nós é muito pesado.

Então, não houve, assim, um comunicado. Chegou e passou isso daí, e nós passamos por todo esse baque e estamos agüentando as pontas. Inclusive eu já tenho um ofício que foi feito para ser encaminhado ao senhor, pendido uma audiência. Tive, ontem, uma reunião com os Vereadores, das 15:00 horas às 18:00 horas, no meu gabinete, Vereadores de todos os Partidos, porque lá nós não temos partido político, nós temos trabalho por Dom Aquino, somos nove representantes do Governo do Estado e dos demais partidos.

Eu quero dizer também, Secretário, com muito orgulho, que Dom Aquino é uma Exatoria, ou melhor dizendo - não sei como nós estaremos resolvendo -, em Dom Aquino não tem nenhuma ocorrência. O grupo que trabalha ali é um grupo bastante sério.

E quando também falou da despesa que o funcionário mostrou como sendo de noventa mil, eu fiquei também, assim, querendo saber. Nós queremos saber porque, em Dom Aquino, o prédio em que funciona a Exatoria é da Prefeitura. Nós temos o prédio que é da Prefeitura e nós mantemos desde o cafezinho. Então, a Prefeitura tem somado o seu trabalho.

Então, essas seriam as colocações. E nas considerações finais eu quero agradecer a todos os Deputados. E gostaria que o Senhor, como Secretário, levasse o meu abraço para o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

Governo do Estado, dizendo que eu continuo trabalhando nas parcerias que nós temos de construção de casas. Inclusive nós estamos fazendo uma ponte que liga Poxoréo. Esse trabalho está, com certeza, saindo e o nosso compromisso, como mulher, é trabalhar sério e honestamente. Eu quero fazer o possível para que nós possamos estar cumprindo aquilo que o Deputado Carlos Brito disse a respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a Lei Complementar nº 101.

Então, nós vamos cumprir sim. Mas, para que nós possamos cumprir, nós não podemos voltar e esquecer também o que disse aqui o Deputado Riva, quando ele colocou o que está sofrendo os municípios e nós estamos sofrendo. A arrecadação não está dando. Nós estamos hoje com a despesa maior que a receita e nós estamos com dificuldades para administrar o município.

Os nossos agradecimentos ao nosso Presidente.

Deixo aqui um pedido ao Secretário e a todos os senhores, quando o Deputado disse para eu ficar tranqüila, nós vamos nos sentir melhor se for um posto. Eu quero, Secretário, um dia dar um abraço no senhor e toda sociedade de Dom Aquino vai abraçá-lo, dizendo que está satisfeita com as medidas que o Governo está tomando. Eu quero essa alegria, eu quero que o senhor me dê. Quero dizer, com todo respeito, que respeite o meu povo de Dom Aquino, o povo de Juscimeira. Respeite os meus sessenta e seis anos que eu estou completando hoje, juntamente nessa hora.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu apertei a campanha umas três vezes, Dona Maria José, até porque eu concedi quinze minutos e a senhora falou dezoito. Até pelo respeito e pelo carinho que nós temos pela senhora ...

A SRª MARIA JOSÉ BORGES - Desculpe Sr. Presidente, eu ouvi a campanha, mas eu tinha...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Foi bom a senhora falar porque pelo menos é uma forma da senhora extravasar as crises que a senhora vem enfrentando em seu município. Nós sabemos das dificuldades de estradas, de pontes e uma série de outros problemas que nós vamos ter que fazer uma ação conjunta sim.

Eu estive falando agora com o Secretário Waldir Teis, nós vamos fazer uma reunião com relação a essas exortorias que estão para ser fechadas. Eu acatei o encaminhamento do Deputado Chico Daltro. A senhora vai ser convidada, com certeza, para participar, ou em uma audiência com o Secretário Waldir Teis, onde ele terá a oportunidade, e ele já se colocou aqui à disposição para a senhora agendar uma data para ele e sua equipe exporem o que é, o que vai significar esse fechamento da exortoria, do posto, e passar para a Prefeitura. Então, nós vamos dar uma atenção toda especial nesse sentido.

Como não há mais nenhum orador inscrito, eu quero agradecer o Secretário Waldir Teis, toda a sua equipe técnica, que cumprem, assim, o que manda a Lei Complementar nº 101/00, no art. 9º, § 4º, Lei de Responsabilidade Fiscal. Fica então cumprida, Secretário, a exposição.

Nós agradecemos a presença de todos.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005,
ÀS 13:00 HORAS.

- Isabel Luíza Lopes;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Laura Yumi Miyakawa.